UNIVERSIDADE DE LISBOA
CADEIRA DE ESTUDOS BRASILEIROS

Aspectos da história e da cultura do Brasil

CONFERÊNCIAS INAUGURAIS

POR

M. DE OLIVEIRA LIMA

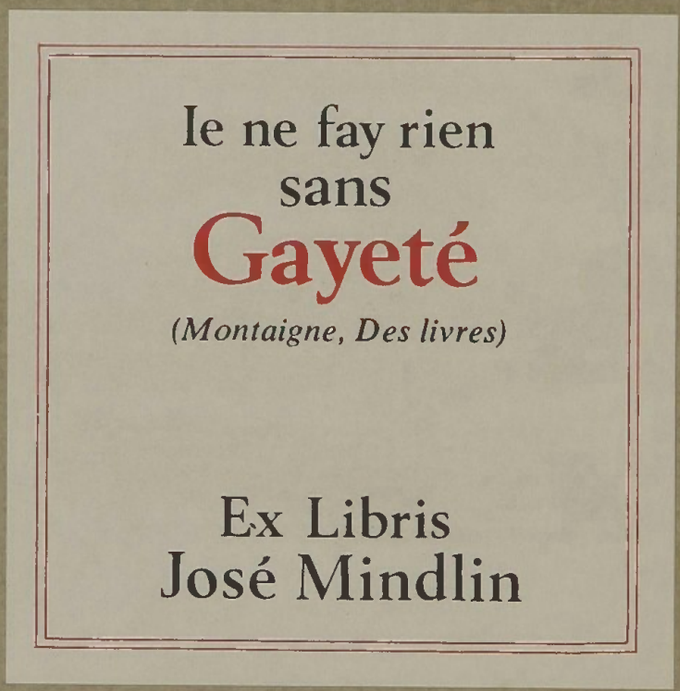
precedidas do discurso de apresentação

POR

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO

Director da Faculdade de Letras

LISBOA
LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
DE A. M. TEIXEIRA & C.ª (FILHOS)
17, Praça dos Restauradores, 17
1923


Ie ne fay rien
sans
Gayeté
(Montaigne, Des livres)
Ex Libris
José Mindlin

Aspectos da história e da cultura do Brasil

Aspectos da história
e da cultura do Brasil

UNIVERSIDADE DE LISBOA
CADEIRA DE ESTUDOS BRASILEIROS

Aspectos da história e da cultura do Brasil

CONFERÊNCIAS INAUGURAIS

POR

M. DE OLIVEIRA LIMA

precedidas do discurso de apresentação

POR

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO

Director da Faculdade de Letras

LISBOA
LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
DE A. M. TEIXEIRA & C.ª (FILHOS)
17, Praça dos Restauradores, 17
1923

PORTO — Imprensa Portuguesa
Rua Formosa, 116

DISCURSO

DO

Dr. Queiroz Velloso

Director da Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

DISCURSO

Dr. Queiroz Velloso

Lente da Faculdade de Direito de Pernambuco
de Direito

Sr. Ministro da Instrução
Sr. Encarregado de Negócios do Brasil
Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Há sete anos — no dia 12 de Junho de 1916 — foi publicada a lei que criou, nesta Faculdade, a cadeira de Estudos Brasileiros.

A iniciativa da fundação desta cadeira deve-se a um ilustre escritor português, que é também um dos mais distintos membros do nosso corpo diplomático, o Sr. Dr. Alberto de Oliveira, actualmente ministro de Portugal na República Argentina, que nesse tempo desempenhava, com a mais alta competência, o cargo de cônsul geral no Rio de Janeiro.

Nenhuma das novas nações americanas mantém com a sua mãe pátria mais profunda e contínua assimilação do que o Brasil com Portugal. E, no entanto, nós conhecemos o Brasil muito menos do que êle deve e merece ser conhecido. Quantos dos seus homens de sciência, que os tem notabilíssimos; quantos dos seus grandes prosadores e poetas, que manejam admiravelmente a língua portuguesa e tem por ela um culto, por ventura ainda maior do que aquele que nós lhe consagramos; quantos dos seus oradores, dos seus jurisconsultos, dos seus economistas, são quási inteiramente desconhecidos em Portugal?!

Foi esta triste verdade, que sugeriu ao Sr. Dr. Alberto de Oliveira, cuja acção foi sempre conduzida a fazer-nos

compreender e sentir — a portugueses e brasileiros — a necessidade, cada vez mais forte, de melhor nos conhecermos, para melhor podermos cumprir os nossos destinos históricos; foi êste perigoso e vergonhoso desconhecimento, que lhe inspirou a idea de criar, na Universidade de Lisboa, uma cadeira de Estudos Brasileiros.

Dirigiu-se, em primeiro lugar, o Sr. Dr. Alberto de Oliveira á Academia das Sciências de Lisboa, que acolheu com entusiasmo o seu plano; procurou depois esta Faculdade, e o Conselho resolveu imediadamente perfilhá-lo, propondo ao govêrno a instituição da cadeira. Era então presidente da República o Sr. Dr. Bernardino Machado, cujo amor pelo ensino, cuja simpatia pelo Brasil todos conhecem; por isso, desde a primeira hora, êle consagrou a essa iniciativa o mais poderoso e dedicado patrocínio. O Sr. Dr. Afonso Costa, presidente do Ministério, o Sr. Dr. Pedro Martins, ministro da Instrução Pública, deram-lhe sinceramente o seu apoio; e a respectiva proposta, de que foi relator na Câmara dos Deputados o Sr. Dr. João de Barros — como se, para a sua realização, se congregassem todos os grandes amigos do Brasil — obteve aprovação unânime nas duas casas do Parlamento.

Segundo a lei, a cadeira de Estudos Brasileiros é comum a todas as secções da Faculdade. Como a maioria dos nossos estudantes se destina ao professorado liceal, essa disposição tinha exactamente por fim habilitá-los a transmitir no futuro, aos seus discípulos, os conhecimentos que aqui tivessem adquirido sôbre a história política e económica do Brasil, a sua literatura, as suas condições geográficas, a sua etnografia, a sua arte, emfim, as diversas modalidades da civilização brasileira, sob todos os seus múltiplos aspectos.

Determina ainda a lei que esta cadeira seja, em regra, regida por um brasileiro de reconhecida competência, contratado pela Faculdade, com autorização do govêrno.

Entendeu, porém, o Conselho que devia confiar à Academia Brasileira a eleição do primeiro professor; e nesse sentido se dirigiu àquela ilustre Academia, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Aceitou a Academia Brasileira o encargo e escolheu o notável estadista, Sr. Dr. Miguel Calmon, o qual, melhor que ninguém, nos poderia revelar o novo Brasil económico. Mas as contingências da grande guerra obstaram à sua vinda, até que declinou a nomeação.

Não quis ainda a Faculdade usar do direito de escolha, tamanho tem sido o seu empenho de proceder sempre de acôrdo com a Academia Brasileira. Pediu-lhe que indicasse outro nome; e foi então eleito o admirável escritor, êsse maravilhoso artista da palavra, que se chama Coelho Netto.

Circunstâncias diversas o impediram até agora de iniciar as suas lições; e como a Faculdade tivesse conhecimento de que se demorava algum tempo, em Portugal, o eminente historiador brasileiro, Sr. Dr. Oliveira Lima, resolveu convidá-lo a inaugurar esta cadeira. Não o quis, porém, fazer sem o consenso da Academia; e à consulta que lhe transmitiu o nosso embaixador no Rio de Janeiro, o seu presidente, Sr. Dr. Afranio Peixoto, tão insígne no professorado, como nas letras, respondeu telegráficamente, congratulando-se com a deliberação da Faculdade.

*
* *

O Sr. Dr. Manuel de Oliveira Lima, se é brasileiro pelo nascimento, é português pelo sangue e pelo espírito. Pelo sangue, porque descende de um homem bom, do Pôrto; e eu mesmo, na memorável noite da sua recepção na Academia das Sciências de Lisboa, lhe ouvi dizer que muito se honrava dessa ascendência. Pelo espírito, por-

que foi aluno desta casa, o antigo Curso Superior de Letras, onde teve por mestres alguns dos mais preclaros escritores e sábios, que Portugal últimamente produziu: Adolfo Coelho, Jaime Moniz, Pinheiro Chagas, Consiglieri Pedroso, Vasconcelos Abreu e Teófilo Braga, êste felizmente ainda vivo, para honra e glória da Faculdade. Só temos, pois, de felicitar-nos por que, após tantas delongas, a bôa fortuna nos deparasse, para a inauguração da cadeira de Estudos Brasileiros, quem tão intimamente se prende ao nosso afecto.

Duma rara complexidade de aptidões, capaz da mais subtil análise, como o catálogo dos manuscritos do Museu Britânico, referentes ao Brasil, a par da mais vasta síntese histórica, como as suas conferências sôbre os diferentes tipos de evolução política da América, proferidas em algumas das mais importantes Universidades dos Estados Unidos, que largo e variado caminho até hoje percorrido pelo Sr. Dr. Oliveira Lima!

Dramaturgo, escreveu um drama, cujo protagonista é o grande ministro de D. João V, Alexandre de Gusmão, brasileiro e diplomata como êle, o último escrivão da puridade que houve em Portugal. Argutíssimo observador da vida contemporânea, publicou vários livros de viagens, qual mais interessante, sôbre a Argentina, a América do Norte e o Japão. Como crítico literário, são notáveis os Aspectos da literatura colonial brasileira, *o seu estudo sôbre Machado de Assis, as suas conferências na Sorbonne.*

Mas é, principalmente, como historiador, que o Sr. Dr. Oliveira Lima se impõe à nossa admiração. A sua primeira obra, Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, *não é apenas uma valiosa monografia local; nela vive e palpita uma das mais gloriosas páginas do Portugal colonial, a heróica luta contra a dominação holandesa.* D. João VI no Brasil, *o* Movimento da Independência, *o* Reconhecimento do Império, *são trabalhos*

capitais para a história da fundação da pátria brasileira. Está ela, porém, tão entranhadamente ligada à nossa história, que o Sr. Dr. Oliveira Lima tem de ser igualmente considerado um historiador português, tanto mais que ao seu intenso brasileirismo se une sempre a mais terna simpatia por esta velha e amorável terra, onde nasceram seu pai e os seus avós. E impõe-se ainda à nossa gratidão, porque um serêno e claro espírito de justiça o levou a restabelecer a verdade histórica para alguns dos principais personagens dessa agitada época, a começar em D. João VI, cuja retirada para o Brasil já hoje não pode ser reputada uma miserável fuga, mas o único recurso nas dificuldades económicas, militares e políticas, de ordem interna e externa, em que se debatia então o país.

Meus Senhores: — Não quero prolongar, por mais tempo, a justa ansiedade em que todos devem estar, de ouvir a palavra sugestiva e eloqüente do Sr. Dr. Oliveira Lima. Desejo únicamente, depois de exprimir ao Sr. Ministro da Instrução e ao Sr. Encarregado de negócios do Brasil, o reconhecimento da Faculdade pela honra que nos deram, comparecendo a esta sessão solene, agradecer mais uma vez ao Sr. Dr. Oliveira Lima a sua tão amiga e penhorante aquiescência ao nosso convite, e dizer-lhe ainda que o venerando Chefe do Estado, ausente de Lisboa por motivos inadiáveis de serviço público, me deu a grata incumbência de lhe transmitir a sua mágua, por não poder assistir a esta festa de confraternização espiritual de Portugal e Brasil.

DISCURSO

DE

Manuel Múrias

Aluno da Faculdade de Letras

DISCURSO

DE

Manuel Murias

Reitor da Universidade de Lisboa

Meus Senhores:

Pediram-me os alunos desta casa que trouxesse aqui as saüdações de todos nós ao eminente historiador que, por um acaso feliz, vem hoje inaugurar o Curso de Estudos Brasileiros, há tanto tempo estabelecido por lei, mas que, com grande desgôsto nosso, ainda não pudera ser inaugurado.

Desobrigo-me gratamente do encargo que me foi proposto, e aproveito com alegria a oportunidade que se me oferece para dizer a minha admiração pelo ilustre brasileiro e pela querida terra donde nos veio e do que nos vai falar. O Sr. Dr. Oliveira Lima não é própriamente um estranho nesta casa. Por aqui andou como estudante e a êstes corredores monásticos traz certamente prêsas algumas das suas mais enternecidas saüdades. Também por isso nos pareceu que os cumprimentos dos rapazes que trabalham e sonham agora aqui, seriam singularmente agradáveis ao antigo aluno do Curso Superior de Letras, que vem, agora como Mestre, trazer-nos a sua palavra cheia de ensinamentos. Entre um historiador que realmente o é, e um estudante, há certas afinidades espirituais que nós nos comprazemos em salientar. Um e outro encaram os problemas que a Inteligência propõe, com a mesma curiosidade ansiosa, — e com a mesma imparcialidade sem preconceitos. Como quer que seja,

uma questão a resolver pelo estudo, é sempre uma tentativa para atingir a verdade; — e embora partamos duma hipótese inconfirmável, nada nos impede de reconhecer o êrro de que partíamos, proclamando a verdade a que chegamos, — alegremente, sem prejuízos de seita ou de partido. Esta coragem de afirmar as suas conclusões fincadas com serenidade nos documentos, poucos a terão mantido com tão indefectível nobreza como o Dr. Oliveira Lima que não receia rasgar as brumas do passado arrancando bravamente lanços de verdade que a lenda recobrira ou a calúnia torcera. Nalguns pontos lhe ficamos devendo rectificações da história portuguesa que os nossos historiadores não haviam querido ou não teriam podido elucidar. E eu não pretendo recordar agora, — como já o fez também o ilustre Director desta Faculdade, — senão a admirável monografia sôbre D. João VI no Brasil, *que restabeleceu na sua pureza uma época obscuríssima pela paixão, e caracterizou como devia a figura do príncipe que a nossa história oficial não teve ainda fôrça de alma para reabilitar, como devia. Mas saüdando o historiador pelas suas virtudes profissionais, eu não esqueço as afinidades de raça que nos prendem. Discípulo de portugueses em Escolas portuguesas; — descendente de portugueses e lusófilo que nunca teve receio de exteriorizar o seu amor à nossa Terra, — bem se pode dizer que Oliveira Lima, prêso a nós pela língua, a Portugal se prende pelo sangue, pelo espírito e pelo coração.*

Louvemos a Inteligência Brasileira num dos seus filhos mais ilustres! Louvado seja Portugal pelo Brasil!

Virá porventura um dia em que cem milhões de homens, derivados ou transformados pela gente portuguesa, encherão o interior vastíssimo do Brasil, e os planaltos salubérrimos de Angola. Então, nos dois lados e no próprio coração do Atlântico, — na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde, em S. Tomé, — cem milhões de cria-

turas falarão o português; nos três grandes portos de Lisboa, Rio de Janeiro e Loanda, mercadorias subirão, descerão movidas por homens rudes, que hão-de praguejar e rezar na mesma língua dos antepassados de todos, — aqueles antigos portugueses que foram conscientemente em cascas de noz varrer as névoas do Mar Tenebroso, conquistar para a civilização as terras que nem em sonhos se pressentiam. A aspiração magnífica do Mare Nostrum, *estará realizada! E então uns e outros, portugueses, brasileiros, transformarão um pouco o grito de louvor, na língua harmoniosa de todos:*

— Louvado seja Portugal pelo que fez! Louvado seja o Brasil pelo que é!

Conferências realizadas a 9, 16, 23
e 30 de Junho de 1923

I. *A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário.*

II. *Carácter da evolução histórica brasileira.*

III. *Feições da política externa e do desenvolvimento económico do Brasil.*

IV. *O Brasil como potência americana.*

I

A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário

Sinto nêste momento um grande desvanecimento, não só o que é natural a um antigo aluno desta casa que vem, por um honroso convite da Faculdade em que se transformou o antigo Curso Superior de Letras, ocupar uma cadeira donde outrora seguiu as sábias lições de grandes professores, como o que lógicamente se pode derivar do facto de ser esta a terceira cadeira de estudos brasileiros que me é dado inaugurar: a primeira na Sorbonne em 1911, a segunda, que era antes de estudos latino-americanos, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, a mais antiga e afamada da União, em 1915. O meu desvanecimento mistura-se porém com a emoção que experimento ao ver presente nesta sala o único sobrevivente dos meus mestres de então, relíquia da democracia portuguesa, e da intelectualidade portuguesa, o Dr. Teófilo Braga, que celebrou há pouco as suas bôdas de oiro do magistério e que, aos 80 anos, conserva a mesma lucidês mental e o mesmo vigôr de após-

tolo com que, passeando com seus discípulos em redor dêste claustro, espalhava às mãos cheias conceitos, ideas e concepções. Êle foi o meu melhor guia espiritual.

O meu desvanecimento provém ainda da circunstância que peço vénia para revelar, de que me sinto guindado a mágico, pois que, ao que parece, minha presença em Portugal veio tirar o enguiço que acompanhava esta cadeira.

A frase não é minha, é de quem concebeu tal fundação e com rara pertinácia e habilidade levou a cabo a sua formosa idea, o Sr. Ministro Alberto de Oliveira, cujo contentamento deve ser intenso por ver afinal convertida em realidade a sua iniciativa de um tão vasto alcance.

Num dos discursos que a êste respeito proferiu na Academia das Sciências de Lisboa, mostrou êle a conveniência, no interêsse da constante união moral dos dois povos, de que a mocidade portuguesa fosse sendo educada no conhecimento da vida e da cultura do Brasil e pudesse assim acompanhar progressos nos quais a actividade portuguesa figura como *magna pars*, graças à persistência da imigração que destas plagas se dirige para as nossas. Pode ser que chegue ainda o dia em que, por efeito de outros elementos, o Brasil ofereça aspectos muito diversos dos que presentemente o distinguem. Oxalá que não e que a tonalidade geral ali continue como até aqui portuguesa, nas suas bases essenciais.

O Sr. Alberto de Oliveira relembrou noutros discursos na mesma Academia que o precursor dêste movimento contemporâneo de aproximação o mais íntima possível, foi um professor desta Faculdade, de quem eu pessoalmente conservo

as melhores recordações, nome ilustre nas letras e na política do seu país, Consiglieri Pedroso.

Quando falo na inauguração desta Cadeira, não é porque eu queira absolutamente vestir-me como a gralha, das penas do pavão. Sei bem que quatro conferências desataviadas e arranjadas à pressa, não podem constituir um Curso. O Curso será feito no próximo ano lectivo por quem quere que a Academia Brasileira escolha para isso, pois que é de esperar que o enguiço esteja de vez quebrado e que, não sendo o Sr. Dr. Miguel Calmon ou o Sr. Coelho Netto, os dois até aqui apontados, nomeados, e que não puderam afinal vir, outrem os substitua com igual proficiência. Aliás, num ano académico é impossível tratar por completo da história, da geografia, da literatura e da economia do Brasil. O Conselheiro Jaime Moniz, Director e ornamento do antigo Curso Superior de Letras, de quem fui discipulo muito admirador, costumava dizer-nos que não esperassemos vir a aprender dos seus lábios, apesar de tão eloqüentes como eram, a história universal nas sua variadas modalidades.

O que nós vinhamos aqui aprender era a estudar história, a adquirir depois por nós mesmos o conhecimento do passado.

Por muito feliz me darei se conseguir chamar a vossa atenção para alguns pontos de que me ocuparei perfuntoriamente e que serão mais tarde por outros detidamente tratados.

Não devemos esquecer-nos de que, com a criação desta Cadeira, Portugal fêz obra progressista e levou a palma à sua visinha, a qual só depois dêle instituiu, por proposta de Franco Rodriguez, uma cadeira de estudos hispano-americanos nas Faculdades espanholas. Também Portugal levou a

dianteira na grata visita oficial feita com o êxito que sabemos pelo seu ilustre chefe de Estado à nação irmã, por ocasião da comemoração da sua emancipação política.

Celebrámos de facto, o ano passado, no Brasil, o primeiro Centenário de um acontecimento importantíssimo na vida das duas nações. Do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves uma parte, a mais considerável territorialmente — título êste que, por sugestão de Palmela, serviu para justificar a admissão de Portugal no círculo íntimo dos *bigeight* da conferência de Vienna — converteu-se em império independente. Seja-me lícito reproduzir a tal propósito o começo do meu último trabalho sôbre o movimento da Independência: «Tem-se dito da Independência do Brasil que foi um desquite amigável entre os reinos unidos. Não há porém desquite perfeitamente amigável: precedem-no sempre incompatibilidades, rusgas, desavênças. Pode não ocorrer próprìamente violência. Foi o que se deu, pode dizer-se, nesse caso: a separação só teve que arcar com a nobre resistência do general Madeira, na Baía, depressa vencida. O mais consistiu em amúos, ameaças e ajustes de interêsses.

Sobreviveu entretanto um como que ressentimento entre as duas partes que, querendo simular indiferênça, de facto caíram num alheiamento, o qual após durar bastante tempo, se foi progressivamente desvanecendo, já nos nossos dias, para dar lugar a uma cordealidade necessária e possìvelmente fecunda.

A independência, tal como se operou, teve aliás um carácter de uma transação entre o elemento brasileiro mais avançado, que preferiria substituir a velha supremacía portuguesa por um regímen

republicano, segundo o adoptado nas outras colónias americanas por êsse tempo emancipadas, e o elemento reacionário, que era o lusitâno, contrário a um desfecho equivalente, no seu entender, a uma felonia da primitiva possessão e a um desastre financeiro e económico da outrora metrópole.

A referida transacção estabeleceu-se sôbre o fundamento da permanência além-mar da dinastia de Bragança, personificada no seu rebento capital, à frente de um império constitucional e democrático, cujo soberano se dizia proclamado pela graça de Deus e pela unânime aclamação dos póvos, a um tempo ungido do Senhor e escolhido pela vontade da nação.

Impossível seria, chegadas as coisas a certo ponto, continuarem por mais tempo como estavam; disto se achavam plenamente convencidos os que sôbre elas meditavam e mais persuadido que ninguém o próprio D. João VI, de quem o ministro austríaco Barão de Sturmer admirava *la finesse d'esprit*, expressão de que usa escrevendo a Metternich.

No dedalo das suas hesitações buscava o rei a solução mais consentânea com os interêsses da monarquia dos seus maiores, que debaixo do seu scetro se ia cindir, o menos positivamente, o mais nominalmente que na sua vontade pudesse ser, a fim de que se não perdessem as eventuais recíprocas simpatias e fosse até praticável algum dia a reunião das duas corôas, à qual D. Pedro havia de realmente aspirar com prejuízo dos direitos que a sua atitude revolucionária transferira para o infante D. Miguel».

É bastante conhecido dos que lêem história portuguesa o meu fraco por D. João VI, fraco que é antes a persuasão em que me acho, e que vejo

felizmente compartilhada por muitos agora, de que a história tem singularmente caluniado êste monarca. A sua psícologia não era complicada, mas eram complicados seus processos psícológicos, porque provinham de vacilações filhas do seu raciocínio inteligente, e obedeciam não só a móveis reconditos que êle tinha contraído *et pour cause* o hábito de dissimular, como também de pressões externas, que alternadamente agiam sôbre sua vontade. É curioso observar que no movimento da independência do Brasil a feição revolucionária pertence mais ao trôno e a feição conservadora pertence mais à nação. Não se pode por isso dizer com exactidão histórica que tal independência tenha sido esclusivamente o produto dos ideais políticos semeados pela revolução francesa.

Deve-se porventura antes afirmar que toda a América ibérica realizou a sua emancipação política, por si própria, num espírito de reacção contra a revolução francesa, constituindo tal emancipação, no dizer mesmo dum escritor francês dos nossos dias, «uma manifestação de fidelidade à monarquia e à igreja católica». A asserção é menos paradoxal, como veremos, do que à primeira vista pode parecer. Nem um movimento liberal tem que forçosamente ser anti-religioso.

Miranda, uma das figuras principais da emancipação sul-americana, pertencia à Maçonaria, que a preparou, mas nos seus esforços para libertar Venezuela do domínio espanhol procurou o apoio do clero, nacional e nacionalista, compreendendo que sem êsse apoio nada conseguiria.

Foi de resto uma minoria de patrícios que se colocou na América espanhola à frente da rebelião contra a ocupação por Napoleão do trôno dos Bourbons.

Colónias e mãe-pátria julgavam-se ligadas por um laço pessoal, que encarnava o soberano, o qual era o mesmo; a falta dêsse laço pela iliminação do soberano tradicional conduzia lógicamente à independência, sendo portanto não só ocioso como contraproducente o auxílio estrangeiro que Miranda buscou sempre entre os ingleses. O bom senso popular enxergava melhor do que êle que a cooperação britânica visava à conquista económica. Ora a primeira coisa que as Juntas revolucionárias estabeleceram foi a autonomia económica. Em Buenos-Aires, ocupada militarmente de surprêsa pelos ingleses do Cabo e reconquistada pela bravura dos argentinos comandados por Liniers, o espírito clarividente de Mariano Moreno reclamou imediatamente a liberdade comercial juntamente com a sujeição religiosa. Não é preciso recordar que o Brasil não teve reclamação igual a formular porque o rei de Portugal, ao chegar à Baía, imediatamente abriu todos os portos da grande colónia à navegação e ao comércio das nações amigas.

Miranda ficou sendo muito menos popular entre os hispano-americanos do que Bolivar porque a muitos êle se afigurava um aventureiro militar impregnado de estrangeirismo e que por causas estrangeiras havia combatido.

Bolivar, pelo menos, só tinha de estrangeiro as ideas, às quais o seu espírito de índole construtora foi pelo tempo adiante agregando outros tantos planos de elaboração própria. O seu tipo politico favorito nunca deixou, porém, de ser o de uma república aristocrática e moderada que na França de 1793 o teria seguramente levado à guilhotina. Pelo tempo adiante foi crescendo no seu espírito a convicção da necessidade do fortalecimento do poder

presidencial até chegar a preconisar o consulado vitalício. No seu último projecto de lei orgânica, que foi a Constituição destinada à Bolívia, nação organizada sob sua influência e que recebeu o seu nome, figurava acima das duas assembleias parlamentares, Câmara e Senado, um colégio ou Câmara de censores à qual era atribuida a função suprema de moralizar a vida pública e dirigí-la no interêsse do bem público.

A Constituição que os Estados Unidos elaboraram e que o resto da América senão tomou por modêlo em todos os detalhes, dela derivou entretanto a orientação, era no fundo a de uma realeza pouco constitucional, segundo o figurino comum de um rei-manequim, com os freios e contrapesos de um Senado com papel consultivo na direcção das relações exteriores e uma Côrte Suprema intérprete da Constituição e podendo à luz desta Constituição julgar em espécie e anular decisões executivas ou legislativas.

Estão todos de-certo lembrados de como o Senado americano reivindicou veementemente as suas atribuições por ocasião do Tratado de Versailles e da formação da Liga das Nações, tão cara ao Presidente Wilson.

O cezarismo democrático em que redundou a compreensão política de Bolivar, foi uma criação relativamente lenta. No momento da independência a solução monárquica apareceu como a que maior número de adesões recebia da parte dos fundadores das novas nacionalidades. Contribuia muito para isso a impressão deixada pelo Terror francês e Belgrano, que preferia a monarquia da mesma forma que San Martin, Monteagudo e Rivadavia, chegou a declarar no Congresso de Tucuman, em

que se elaborou definitivamente a independência Argentina, que não sabia porque havia a América de adoptar a forma republicana de Govêrno que a Europa já repudiára.

No Brasil, como nesses outros países de ascendência ibérica, a monarquia foi não só a resultante das circunstâncias em que se produziu a emancipação, como uma afirmação de nacionalismo despido de vestes cosmopolitas. Todos os movimentos políticos que a história regista são aliás de carácter nacionalista: quando adquirem maiores proporções, é porque implicam aspectos de raça, ou então se identificam com paixões religiosas, como é o caso com o islamismo. No dia em que tais movimentos obedecerem a preocupações dum carácter humano, o progresso terá atingido virtualmente a perfeição.

A nossa independência como a dos países hispano-americanos, apresenta-se limpa de controvérsias de carácter religioso porque o cléro estava do lado dos independentes. Com a solução monárquica concordou no Brasil a Maçonaria, e foi nas lojas maçónicas que se organizou essa emancipação política dinástica.

Verdade é que nas lojas maçónicas figuravam bispos e padres e da revolução pernambucana de 1817 se pode dizer que foi uma revolução de padres, porque êstes figuraram no primeiro plano entre os luminares do movimento.

Sinto que a brevidade do tempo me não permita narrar-vos o que foi essa revolução, revolução de gente desinteressada, nobre e pura, que na América latina não conhece outra que a iguale no alcance e na capacidade de construção social.

Basta dizer-vos que não recuou diante do problêma servil, que no Brasil só veio a receber sua

solução final em 1888, e que os revolucionários pernambucanos julgavam incompatível com a liberdade política; depois deles só assim pensou José Bonifácio, o patriarca da independência. Nos Estados Unidos não ignorais que a liberdade só foi proclamada para os brancos.

A revolução portuguesa de 1820 tem contra si que foi uma revolução de princípios, mas também de interêsses.

Êstes brigavam com aqueles. Os princípios reclamavam amplas liberdades; os interêsses reclamavam o restabelecimento dum estrito monopólio comercial, cuja abolição constituia o mais sério agravo da mãe-pátria para com sua antiga colónia.

As colónias eram, porém, de facto dominios reais e os privilégios que lhes concedera o trôno, elas os possuiam como direitos inerentes à sua constituição.

Garantiam tais direitos, em nome da Corôa, instituições emanadas da mesma Corôa. Assim é que a revolução de 1820, após treze anos de residência de El-rei D. João VI, no Rio de Janeiro, já encontrava o Brasil organizado como Nação, isto é, dotado de instituições judiciais, pedagógicas, comerciais e industriais e com uma estrutura administrativa própria e sobretudo com a consciência de representar uma nova nacionalidade no mapa político do mundo. Foi esta a obra do monarca e dos seus ministros, dalguns pelo menos como Linhares e Barca.

Por mais que quizessem as Côrtes não puderam mais apagar semelhante obra.

Seria impossível a Portugal readquirir o antigo exclusivo mercantil, pois que nenhum país que uma vez haja gosado da liberdade, consentirá jamais de

bom grado em volver à servidão. Aliás, na América, as inteligências respiravam numa atmosfera desafogada, que elas tinham tornado desafogada para seu uso.

Os Estados Unidos insurgiram-se contra a Inglaterra porque o Parlamento britânico se obstinava em lançar sôbre as colónias americanas impostos que os seus representantes não tinham votado, pois que não tinham assento em Westminster.

O interêsse material não é de resto menos poderoso sôbre a marcha da evolução política do que as doutrinas filosóficas ou as preocupações sociais; já alguém observou com verdade que o escritor europeu do século XVIII que maior prestígio exerceu sôbre a mentalidade sul-americana, não foi tanto Voltaire com o seu sarcasmo cristalino, nem Jean Jacques Rousseau com o seu sentimentalismo dissolvente, nem Montesquieu com sua ponderada sagacidade, mas Bentham, com o seu utilitarismo.

A revolução portuguesa de 1820 foi um movimento democrático, mas não própriamente republicano, pois que deixava subsistir um estafermo real às ordens de uma Câmara única, imitada da Convenção, na qual se concentrava a soberania nacional e que assumia até funções judiciais.

D. João VI tinha bem o estofo de um rei constitucional e de-veras constitucional. Sem ser no entanto um espírito culto, e com o seu vocabulário político limitado, êle possuia perspicácia bastante para ver os acontecimentos, mesmo aqueles que não sentia em si coragem para rebater. Era e seria sempre muito mais do que um simples títere.

O conselho por êle dado ao príncipe real D. Pedro, que ficava no Rio como regente, para

que tomasse a direcção do movimento de separação e colocasse sôbre a própria cabeça uma corôa que de outro modo corria o risco de ir parar nas mãos de qualquer aventureiro, devia acudir fácilmente a quem vira erguerem-se as monarquias improvisadas dos Bonapartes, de Murat e de Bernardotte, mas requeria para ser externada uma dóse de decisão intelectual igual à que determinou a retirada para o Brasil num dos momentos mais críticos atravessados pela nacionalidade portuguesa.

Se não passasse mesmo de uma manifestação de senso comum, mereceria ser imortalizada por Cervantes no elogio que deste fez. D. João VI foi o Sancho Pança de uma atraente novela política em que Bolivar figura como D. Quichote. E ninguém veja nestas palavras a menor intenção pejorativa, pois que D. Quichote foi um nobre tipo idealista, assim como Sancho Pança foi um precursor da *real-politik*.

A marcha da Independência brasileira foi rápida, mas ainda assim passou por mais de uma fase. A princípio parecia viável a concessão de um *home rule* como o que a Irlanda reclamava antes da guerra; depois passou-se ao dualismo de que foram modêlos europeus desaparecidos a Áustria-Hungria e a Suécia-Noruega; por fim a completa independência tornou-se o único desenlace possível.

A marcha referida obedeceu à atitude das Côrtes de Lisboa na sua intransigência.

Ordenando o regresso do príncipe real e privando deste modo o Brasil do seu centro de autoridade, as côrtes queriam romper uma unidade que se estava cristalizando pode dizer-se a olhos vistos. Se D. Pedro tivesse partido, o Reino do Brasil ter-se-ía fragmentado como o domínio espanhol, cada

uma das suas divisões históricas seguindo seu próprio destino. Foi a corôa que, no desempenho do seu papel tradicional na história, salvou a unidade brasileira. O jóven príncipe-regente era inteligente e animoso, mas a expontaneidade da sua natureza, não raro impulsíva, necessitava de ser temperada por uma maior dóse de capacidade reflectiva do que a possuida pela sua aptidão natural para o govêrno. Quis a sorte que se lhe deparasse um avisado conselheiro na pessoa dum sábio que na maturidade dos anos se dedicou à política e transportou para o govêrno das sociedades humanas, com toda a vivacidade do seu temperamento, a exactidão das suas observações sôbre a natureza e das suas experiências de laboratório.

José Bonifácio de Andrada e Silva pertencia a uma distinta família de S. Paulo, mas passára a mocidade e bôa parte dos anos que se lhe seguem na Europa, quer figurando conspícuamente nos círculos académicos e scientíficos de Portugal, quer viajando até à Suécia no intuito de visitar universidades, seguir cursos e conviver com outros homens de sciência, aos quais seu nome era familiar pelas suas descobertas no campo da mineralogia e da química.

José Bonifácio foi secretário geral da Real Academia das Sciências de Portugal, e o seu elogio académico foi escrito por Latino Coelho naquele primoroso estilo de que o grande escritor tinha o segredo.

O plano político do homem de Estado foi induzir sua província a opôr-se à partida do príncipe e congregar num esfôrço comum no mesmo sentido, S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Abaixo de S. Paulo não havia que temer; na Baía cen-

tralizára-se a resistência portuguesa, mas a sorte das armas dependia da organização naval, do *Sea Power*, e Lord Cochrane, amador de gordas presas, fôra contratado para comandar a jóven esquadra brasileira e chamar ao aprisco as ovelhas transviadas; havia também o obstáculo, não insuperável, porém, das preferências republicanas de Pernambuca, que talvez se pudessem immolar no altar do patriotismo. Revolucionário nas ideas, o movimento da independência no Brasil foi conservador nos seus processos, contrapôndo-se a falta de violência com que êle se ultimou à guerra pertinaz que nos países hispano-americanos sustentáram os independentes contra a Espanha durante quinze sangrentos anos.

Quando falo de idèas revolucionárias refiro-me muito mais à sua essência do que à sua exteriorização. O império democrático que surgiu na América do Sul deveu sua existência à vontade popular, mas o fígurino que adoptou, foi o romano ou o napoleónico. E sua evolução foi mesmo gradual. Meses antes da aclamação imperial o povo do Rio de Janeiro, pela voz da sua Câmara Municipal, a qual desde o início do movimento de separação forneceu expressão directa e autentica aos desejos populares, brindára o príncipe-regente, por iniciativa do elemento mais radical em acção, a que se juntaram os demais elementos, com o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Defensor Perpétuo e Protector—foi êle assim saudado, mas D. Pedro desdenhou essa recordação de Cromvell, que considerou humilhante para uma nação que, dizia êle, era capaz de se defender por si.

D. Pedro nunca renegou expressamente o constitucionalismo que adoptara, nem recusou jamais à

nação a participação que legalmente lhe cabia no exercício do Govèrno; entendia contudo que lhe competia a êle não abdicar de todo a sua soberania e ficar reduzido a um papel passivo. Neste estado de espírito, que se prolongou, êle teria preferido agir no Brasil em 1822 como veio a agir em Portugal em 1826, quando faleceu el-rei D. João VI, a saber, conceder uma Carta; parecía-lhe esta outorga muito mais consentânea com a magestade da corôa do que uma Constituição elaborada pelos representantes eleitos do povo no intuito de ser imposta ao trôno.

Abstraindo da questão de princípio, e cingindo-nos aos factos, é evidente que uma Carta outorgada pode conter todos os direitos e franquias a que tem jus uma nação.

A Constituinte brasileira, convocada em 1823, foi dissolvida pelo Imperador *manu militari*, quando a lei orgânica do País já se achava redigida e no espírito dum extremo liberalismo.

A culpa do atentado político cabe sobretudo ao soberano, mas não há dúvida que os atritos atinentes à partilha dos privilegios respectivos do monarca e do Parlamento foram muitas vezes levantados por uma assembleia de espírito em parte republicano e em todo o caso avançado, que visava à preeminência por uma questão de doutrina, embora o soberano não justificasse suas pretenções contrárias pelo direito divino dos seus antepassados e sim pela investidura nacional. O Imperador julgava-se com razão, nas condições em que foi estabelecida sua dinastia, a primeira figura no scenário político, e não era natural que consentisse de bom grado na sobreposição de outra entidade, cuja função constitucional devia ser

equiparada no seu parecer à do Senado romano, ou à do Corpo legislativo francês.

Os representantes das monarquias europeias acreditados no Rio de Janeiro consideravam inevitável a independência, mas consolavam-se do facto de subtrair-se uma nacionalidade mais do novo mundo à influência do velho continente, assim ajudando a formação do «sistema americano», com ver essa nacionalidade governada o menos possível pelas ideas democráticas.

Por sua vez D. Pedro era constitucional por vontade, deliberadamente, mas não podia deixar de ser absolutista por instinto, nas ocasiões especialmente em que a sua opinião entrava em conflito com a dos seus ministros. Se eu quizesse recorrer a uma expressão hoje banal, mas sempre pretenciosa, diria que era subconsciente o seu absolutismo. Tal fôra de resto a sua educação ou, melhor dito, sua falta de educação, pois que foi criado à lei da natureza.

No Rio de Janeiro o rei habitava com os filhos a Quinta de S. Cristóvão; a rainha, com as filhas, o Paço da Cidade, nome pomposo dado ao casarão dos vice-reis.

D. Pedro dizia mesmo com freqüência, referindo-se aos filhos, que esperava que êle e o «mano Miguel» fôssem os últimos malcriados da familia, e foi ouvido nas suas esperanças, pois que aqueles filhos foram a Rainha D. Maria II de Portugal, soberana enérgica e bem atilada e mãe admirável, e o Imperador D. Pedro II do Brasil, cuja inteligência e virtudes são proverbiais.

Êle próprio e o «mano Miguel» tinham, porém, carácteres de fina tempera, pois que o infortúnio a apurou. Renunciando afinal a duas corôas, D. Pedro

deu um exemplo pouco comum de abnegação política, de renúncia ao mando: no Brasil, sua abdicação proveio da convicção, brotada do seu espírito, de que nascera um fundo desacordo com a Nação, que não podia mais ser desfeito.

De D. Miguel, rei legítimo e ídolo popular, sabem todos quão nobre foi no exílio sua atitude, sofrendo privações com perfeito estoícismo, dignificando a natureza humana que, no ostracismo, seu sobrinho D. Pedro II sublimou, na expressão de Joaquim Nabuco.

O desfecho do conflito constitucional no Brasil foi o seguinte:

O Imperador confiou a elaboração da lei básica a uma Junta de jurisconsultos e outras personalidades de larga experiência administrativa, corpo de escol que foi o embrião do Conselho de Estado tão característico do Império brasileiro e de que tanto prestígio adveio à actividade do Govêrno monárquico. A Constituição que aquela Junta redigiu foi verdadeiramente liberal e, com o Acto Adicional de 1834, respondeu às necessidades públicas até à queda do regimen em 1889. E não esqueçámos que êsse regimen foi qualificado pelo grande argentino Mitre de democracia coroada e que Vítor Hugo tratou D. Pedro II de Marco Aurelio.

Esta breve conferência em que tentei resumir o acontecimento capital da vida política brasileira, teve um exordo relativo ao histórico da fundação desta cadeira que me coube a honra de inaugurar, e convém que tenha uma peroração concernente à fundação, e com maior razão ainda, de uma cadeira de estudos portugueses no Brasil. A influên-

cia espiritual sôbre a América foi toda ela europeia, como não podia deixar de ser. As colónias britânicas que se revoltaram, obedecendo ao apêlo dos chamados direitos naturais e ao princípio da soberania popular, contaram poucos dirigentes espirituais e êstes mesmos deviam a Locke a sua orientação doutrinária. A Declaração da independência contém muitas frases copiadas quáse textualmente por Jefferson do *Tratado do Govêrno* daquele filósofo inglês.

O Brasil representa a grande obra portuguesa e não deve ela ser esquecida, isto é, resvalar para a ignorância o conhecimento dessa obra entre os que estudam além-mar, e a quem se ensina em todas as suas minúcias, a história por exemplo da *Revolução Francesa*. Para isto é comtudo mister que se perca o séstro de fazer consistir a história principalmente numa seqüência de guerras, desprezando-se empreendimentos fecundos e incomparávelmente mais interessantes pelo facto de não falarem tanto à imaginação. Êste defeito é geral. Um aluno de qualquer liceu fica inteirado dos morticínios de Napoleão e cheio de entusiasmo por êsse cabo de guerra, que teria sido apenas um grande malfeitor se a parte constructora da sua obra não resgatasse a parte destruidora, e entretanto adquire apenas uma idea vaga do que foram a síntese filosófica e o sistema político do grande pensador que foi Augusto Comte, ou então as descobertas scientíficas de Pasteur, que teem salvado a vida a milhões de criaturas humanas.

O meu amigo belga Paul Otlet, que é um espírito dominado pela paixão do internacionalismo e ao mesmo tempo um grande coração, escreveu com profunda verdade que a grande catástrofe

que ainda perdura, teria sido impossível se as sociedades europeias, ou melhor dito os govêrnos europeus tivessem empregado em organizar a paz metade dos esforços que envidaram para organizar a guerra. Fizeram-no levados pela máxima falaz de que a paz se obtém preparando a guerra: o que se obtém dêsse modo é a guerra. Já se tem repetido à saciedade, e o senso comum o ensina, que dois indivíduos desarmados custam muito a brigar. Se cada um tiver no bolso um revólver, a troca de tiros é certa.

O meu prezado amigo Sr. Fidelino de Figueiredo, com o agudo senso crítico que distingue a sua inteligência tão compreensiva, dizia-me não há muito numa das nossas freqüentes trocas de ideas, que mais vantajoso lhe parecia ainda do que o estabelecimento de cadeiras exclusivamente de estudos brasileiros ou portugueses, o introduzir nas cadeiras gerais de história, de geografia, de literatura ou de economia o espírito respectivamente português e brasileiro, concedendo ampla, neste caso adequada parte ao estudo recíproco da nacionalidade mãe e da que esta concebeu. Ainda assim as cadeiras como esta deveriam no meu entender subsistir, para os que desejem especializar-se no assunto e tenham para isto curiosidade e tempo. Na cadeira de estudos latino-americanos que regi em Harvard, tive 56 alunos que estudavam a valer: destinavam-se uns à diplomacia ou ao professorado; pretendiam outros transladar-se para a América do Sul com intuitos mercantis ou industriais; para alguns tratava-se apenas de desfastio intelectual e do justo desejo de ficarem conhecendo a América, campo de sua expansão material e moral, da qual dizia Bolivar que não haveria quem lhe

pudesse resistir à influência soberana quando reünida pelo coração, guiada por um mesmo ideal e iluminada pelo fanal da liberdade.

A América não aprendeu por si só a liberdade. A semente das instituições representativas foi transportada além-mar e ali germinou. A Europa transmitiu ao Novo Mundo a sua cultura. Os fundamentos da civilização brasileira são portugueses. De Portugal vieram-lhe as leis, veio-lhe o direito gerando a paz pelo equilíbrio das energias sociais. A paz é ainda infelizmente um ideal, mas que há de ser atingido, porque, mau grado os seus eclipses, o direito resiste a tudo, como resiste a moral, como resiste a fé, como resistem todas essas criações dos instintos misteriosos da alma colectiva agindo sob a pressão das conveniências sociais. Levantando seu grandioso edifício sôbre uma tal base, Portugal deu à nacionalidade brasileira a perpetuïdade e fez-se êle próprio imortal na sua obra.

II

Carácter da evolução histórica brasileira

O povo brasileiro possui socialmente um tipo seu próprio que o distingue dos outros povos, mas êste tipo como que se desdobra, oferecendo vários aspectos derivados do meio físico e também das circunstâncias do desenvolvimento histórico, que variaram de região para região, fazendo, juntamente com as condições geográficas, uma aspiração necessária e uma realidade da federação que, durante o Império, foi um constante anelo político recebendo inspiração dos Estados Unidos pelo modêlo federativo que a União apresentava e, com a República, se tornou a base da estrutura constitucional do País.

A revolução de 1824, conhecida pelo nome de Confederação do Equador, porque dela resultou a união de algumas Províncias do Norte, obedeceu ao desejo instintivo de autonomia local, característico da história brasileira, além da recusa pelos espíritos ultra-liberais de uma constituição que não tivesse sido elaborada pelos representantes do povo.

Durante a regência, isto é, de 1831 a 1840, que já foi muito bem caracterizada como um ensaio dum govêrno republicano, houve que ampliar os

direitos políticos das Províncias, tomando as assembleias provinciais o lugar dos primeiros conselhos de limitadas atribuições e permanecendo o Império na sua função superiormente centralizadora, como a garantia da unidade nacional.

Até 1849 as tentativas de secessão foram repetidas, o Rio Grande do Sul lutando 10 anos, de 1835 a 1845, pela sua separação, a qual teria redundado porventura numa ligação com as repúblicas platinas. Apenas a clemência imperial, evitando as repressões sangrentas, manteve a coesão e impediu a dissolução do magestoso edifício que surgira como efeito da colonização portuguesa.

O gaúcho das cochilas do Rio Grande tem talvez maior número de traços comuns com o gaúcho argentino ou uruguaio, de fala castelhana, do que com o sertanejo do Norte, que é um criador fixo e não nomade como aquele outro. A diferença é muito mais sensível ainda com o matuto da zona florestal, transformada em zona agrícola, ou com o seringueiro, que nas florestas amazónicas recolhe o leite que se coagula em borracha. Todos êles teem uma feição comum, afóra certa melancolia ou sentimentalidade que é peculiar ao português: são dotados de um espírito aventureiro, natural a quem descende de destemidos desbravadores de uma terra nova e misteriosa. A literatura de ficção e a sociologia teem-se ocupado dêstes diferentes tipos: assim José de Alencar desenhou o gaúcho, Franklin Távora o matuto, Euclides da Cunha o jagunço e Oliveira Viana as populações das várias regiões.

Os factores essenciais da civilização brasileira no período colonial são em número de três: o colono, que se devotou ao amanho das terras, e que era puramente português; o bandeirante, que em

bom número era mameluco ou mestiço do português e índio, e que subiu rios e galgou montanhas em busca de metais preciosos e pedras finas, tesouros que a terra avara só desvendou no fim do século XVII, entretanto espalhando pelos desertos as manadas de gado que foram outrora o alimento e hoje estão sendo a riqueza; e o missionário, que incutiu certa disciplina no colono e reprimiu os excessos crueis dos bandeirantes que, na falta de oiro e diamantes, arrebanhavam uma outra mercadoria valiosa, que era o escravo indígena destinado às plantações sob o pretexto de que era resgatado do fado ingrato que o esperava nas mãos de tríbus inimigas.

A indústria sacarina e a indústria pastoril foram os primeiros esteios do Brasil económico, aqueles sôbre que assentou sua prosperidade.

A cana de açúcar foi transplantada para o Brasil, cujo solo oferece para essa cultura uma feracidade apenas comparável com a de Cuba, da Ilha da Madeira, para onde havia sido levada da Sicília, sob cujo céu luminoso e cálido crescera a que os cruzados tinham trazido da Ásia Menor. Em 1546, onze anos depois do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, ter desembarcado e iniciado sua obra fecunda de povoamento e de organização da mais aristocrática e ordeira das Capitanias brasileiras, e posto que fôssem contínuas as lutas com os franceses e com os índios, o dízimo real era pago em açúcar.

Em 1590 possuía a Capitania 66 engenhos.

Cubiçaram os holandeses essa riqueza quando se puzeram independentes da Espanha e dispuzeram-se a ir em pessoa buscá-la, tanto mais quanto constituia o açúcar, seja o clássico mel do Himeto

ou o moderno produto da beterraba europeia, um género de primeira necessidade.

Uma primeira expedição ocupou a Baía, que foi reconquistada pela esquadra de D. Fradique de Tolêdo e pelos terços cosmopolitas que essa esquadra transportava.

Passava-se isto sob o dominio peninsular dos Filipes. Pouco depois, em 1630, ocupavam os holandeses Pernambuco e foram conquistando as terras para o norte e para o sul de forma a possuirem, entre o Amazonas e o S. Francisco, um império que só não perdurou porque era por demais eivado do espírito mercantil. *Verzuimd Brasiel*, diz-se ainda hoje na Hollanda; Brasil perdido por desleixo. Suas conquistas estenderam-se até S. Tomé e Angola, assim captando dois mananciais de trabalho negro, pois que os escravos africanos — *as peças da Guiné* — tinham cedo começado a ser importados para suprirem a deficiência dos escravos aborigenes, pouco avultados em número e pouco resistentes ao trabalho regular.

A Companhia das Índias Ocidentais só enxergava o dinheiro como fito da sua actividade, mas teve um momento de acêrto ou de felicidade quando escolheu um príncipe alemão da Casa de Nassau, João Maurício, homem de distinção, de capacidade e de gôsto, que embarcou com um cortejo, não de lansquenetes brutais, mas de homens de sciência e artistas — astrónomos, naturalistas, físicos, poetas, pintores e arquitectos. Com a bravura militar dum *condottiere* e os talentos dum humanista, Maurício de Nassau tinha a sensualidade dum sibarita. Nêle se reflectia o aspecto folgazão e trasbordante da vida neerlandesa e flamenga que alguns dos seus pintores reproduziram em telas sugestivas.

Construiu palácios, desenhou jardins, povoou viveiros de saboroso peixe, montou jogos de canas e de estafermo, torneios em que se defrontaram portugueses e holandeses, ideou diversões populares.

Não desdenhava Maurício de Nassau para si próprio os lucros do açúcar. Seu palácio na Haia, onde hoje se encontra o Museu de pintura, foi construido com madeiras do Brasil e com dinheiro vindo do Brasil: o povo, que é sempre malicioso, chamava-lhe a Casa do Açúcar, mas tais ganhos não eram ilícitos, não eram a vil moeda do *profiteur*, eram os lucros, preestabelecidos por contrato, da sua administração militar e civil. Sem outra compensação o príncipe introduziu na terra que fôra chamado a governar, muita coisa bôa, entre elas as instituições representativas — no Recife reüniu-se a primeira assembleia dêste genero — e a tolerancia para com os crédos diversos do calvinista, que era o dos mercadores de espírito estreito e ganancioso, saídos duma guerra a um tempo política e religiosa e detestando os portugueses, não só por serem o inimigo, como por serem católicos, uma expressão que lhes recordava a personalidade sinistra do Duque de Alba e que equivália assim a opressão e perseguição. Maurício tão liberal era na matéria, que até permitia procissões e outras demonstrações externas do culto.

Um monge português, Frei Manuel do Salvador, que foi seu comensal e é o autor do *Valeroso Lucidendo*, louva-o por tamanha generosidade, que êle próprio contudo não imitava, pois que não cessa de injuriar protestantes e judeus.

Os judeus viviam folgada e regaladamente sob o domínio holandês.

O Tribunal do Santo Ofício nunca funcionou no

Brasil, mas não significa isto que até lá se não estendesse a autoridade da inquisição. As visitações começaram cedo e os réus eram transportados para Lisboa. É de crêr que as informações dos hebreus portuguêses sôbre a terra e a gente do Brasil tivessem servido muito aos holandeses quando entenderam levar além do Equador a sua navegação mercante e de guerra. O número do elemento israelista crescera tanto que em 1654, quando se deu a capitulação do Recife, sua emigração para Surinam, na Guiana holandesa, tornou-a, antes que tal primazia coubesse à Nova Amsterdam, nome primitivo de Nova York, a mais poderosa colónia judaica do Novo Mundo.

A reconquista do Brasil holandês foi por Oliveira Martins chamada uma nova Iliada. Representa com efeito um esfôrço heróico, no qual comungaram as três raças — lusa, índia e africana — e foi ultimado com a simpatia, é claro, da metrópole, mas com escasso auxílio seu, porque Portugal mal podia resistir às hostilidades tenazes da Espanha, que queria a todo o transe reabsorvê-lo.

A tolerância religiosa no Brasil tem, pois, fundas raízes. O Sr. Presidente da República Portuguesa, num escrito recente, a propósito do que neste terreno observou na sua viagem à América Portuguesa, diz não achar bôa a palavra tolerância com relação a êste direito que no Brasil «todos reconhecem a cada um de pensar como quizer». De facto o direito exprime neste caso a liberdade organizada e não representa uma méra concessão do poder, à qual quadraria de preferência a palavra tolerância. Se continuo a empregar tal termo é porque, na falta de outro mais compreensivo, o faço precisamente no sentido de liberdade. Durante o império o regi-

men concordatário produziu conflitos de jurisdição e mesmo de autoridade, tanto a autoridade temporal como a espiritual reclamando em certos casos a primazia e procurando o Estado, na aplicação da doutrina regalista, que fôra contemporânea senão associada da doutrina das igrejas nacionais, a qual em França se chamou o galicanismo e da qual foi expoente nada menos do que o verbo eloqüente de Bossuet, o meio mais seguro de reduzir a igreja católica a uma estrita obediência. As igrejas nacionais professavam a mesma fé, mas disputavam a autoridade papal em questões de disciplina e mesmo em questões de crédo.

Nós tivemos no Brasil um pequeno Kulturkampf, proveniente da atitude de dois prelados contra o facto das irmandades religiosas contarem no seu seio adeptos da maçonaria, que mais consideravam no emtanto as lojas como grémios filantrópicos do que anti-católicos. Era o espírito ultramontano que animava aqueles prelados e que os levou a desprezarem o beneplácito da corôa para a publicação de bulas pontifícias.

Ambos êsses prelados eram homens altamente respeitados e de verdadeiro mérito. D. António de Macedo Costa, que morreu arcebispo-primaz da Baía e era então bispo do Pará, era considerado a primeira figura do episcopado nacional. D. Frei Vital de Oliveira, monge capuchinho elevado a bispo de Olinda, era venerado pelas suas virtudes, mas a sua intransigência era combativa. O papa Pio IX tratava-o benevolamente de *testa calda* e o diplomata brasileiro, barão do Penedo, obteve do cardeal Antonelli, quando enviado a Roma em missão especial, a famosa bula *Gesta tua non laudantur*.

O govêrno imperial deu virtualmente razão às

irmandades e, recusando-se os prelados a mandar reabrir igrejas fechadas por sua ordem, foram presos, sujeitos à acção da justiça civil, julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça, condenados à prisão, e logo depois anistiados.

A Companhia de Jesus fôra, como é sabido, instituida para combater o movimento da Reforma, impedir o protestantismo de alastrar-se, e ganhar à fé apostólica novos prosélitos, pelo que se constituiu naturalmente a defensora por excelência da autoridade da Santa Sé no seu empenho de predomínio da lei canónica.

A sua actividade nas côrtes e entre todas as camadas sociais, no propósito de fazer vingar o seu ideal, foi o que lhe acarretou as antipatias e as hostilidades de ministros poderosos do século XVIII, que moveram à Companhia de Jesus crua guerra e obtiveram sua extinção temporária.

No Brasil, porém, sobresai seu papel de missionários, de paladinos da liberdade dos índios e de promotores dos princípios de moralidade e de simpatia humana entre os caçadores de escravos. A defeza, pelos jesuitas, da raça indígena foi por êles levada até diante do trôno, reflectindo a legislação sôbre a matéria as alternativas do seu maior prestígio ou da sua menor influência junto ao rei. A completa liberdade dos aborígenes, compreendendo sua plena admissão aos direitos civis, coincidiu com a expulsão da Companhia, cujo nome permaneceu no emtanto popular, ainda que o livre pensamento se insurja contra os seus métodos de ensino e de disciplina mental, pretendendo rasgar à inteligência mais dilatados horisontes.

Ninguém melhor do que êles compreendeu no emtanto o espírito sem desenvolvimento do selva-

gem e a necessidade de adaptar a tal espírito a catequese com que só era possível incutir-lhe os rudimentos da civilização.

Também o ensino dos filhos dos colonos era por êles ministrado e assim representaram os padres da Companhia o elemento mais positivo do progresso colonial.

A côrte atraía os melhores talentos de além-mar: o padre António Vieira, o judeu das Óperas, imolado num auto de fé, o espirituoso Alexandre de Gusmão, que consolidou diplomáticamente as conquistas portuguesas além da linha legal de Tordesillas, seu irmão, o padre Bartolomeu Lourenço, o inventor dos aerostatos, o grande economista Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco e depois de Elvas, foram todos brasileiros transplantados para Portugal e que contribuiram para o brilho do reino.

Em Portugal, de resto, era que êles encontravam a possibilidade de educação superior. O Brasil não teve uma Universidade como o México ou o Perú; todavia, quando chegou o momento da separação, estava o Brasil preparado intelectualmente para a vida independente, a ponto tal que o império encontrou um pessoal adequado à alta administração, à diplomacia e a todos os ramos da actividade política da nação e que nas côrtes portuguesas de 1820 o elemento brasileiro foi realmente émulo do da metrópole na competência e superioridade que os seus membros emprestaram às discussões parlamentares.

O império do Brasil foi uma feliz combinação do princípio de liberdade e do princípio de autoridade.

Esta empatou aquela de tornar-se anárquica e

por outro lado foi por ela obstada a degenerar em dispotismo.

Não se pode dizer que a opinião não dirigisse verdadeiramente a marcha dos negócios políticos, se bem que o censo eleitoral fosse restrito — cêrca de 120.000 eleitores numa população então de dezoito milhões de almas —, e que as instituições oferecessem o carácter conservador que é próprio de um país composto na sua grande maioria de analfabetos.

A corôa, porêm, fôra-se despojando das suas intituladas prerogativas e cada dia foi sendo mais respeitada a vontade da maioria, isto é, melhor organizado o sistêma realmente representativo. Os grandes proprietários rurais, que dispunham dos votos dos seus dependentes como os lords ingleses ao tempo dos burgos pôdres, não fabricavam directamente as leis, e o pessoal político em que delegavam esta tarefa era composto de juristas. A eleição directa, implantada em 1878, quando o partido liberal subiu ao poder após um longo ostracismo, redundou numa maior verdade eleitoral, sendo membros do gabinete batidos nas eleições nas suas próprias províncias, prova certa da abstenção das autoridades de todo o processo de corrução ou intimidação.

A abolição da escravidão foi uma questão verdadeiramente nacional, isto é, guiada de princípio ao fim pela opinião.

Ela agitou todas as camadas da população e pôs em acção o sentimento público. Já outro tanto não aconteceu com a mudança do regimen, que se não pode dizer haver sido um movimento popular e foi antes o fruto da sedição militar, se bem que para êle contribuisse a propaganda entre os oficiais

pelo ensino positivista, incarnado em Benjamin Constant, e no grande público por jornalistas de grande valor como Salvador de Mendonça e Quintino Bocayuva.

A alma popular estava todavia de preferência com o imperador e com o regime nêle incarnado e que era na verdade democrático. Foi de resto o liberalismo extremo de D. Pedro II que do trôno afastou o alto clero, a grande propriedade e até o exército. O alto clero sentia desprotegida a religião do Estado e achincalhada a igreja; a grande propriedade viu-se reduzida a uma diminuição considerável dos seus lucros pela cessação do trabalho servil, e o exército, que fizera a longa campanha do Paraguay, percebia que o espírito da corôa, com um tal soberano, era um espírito paisano e que êle teria de desaparecer algum dia, reduzido a zero como instituição militar, sem aplicação externa pela progressão do pacifismo internacional americano e sem aplicação interna, a qual fôra até então o campo da sua maior actividade.

Joaquim Nabuco relembra com acêrto que o exército fêz a independência, fêz a abdicação, fêz a abolição e fêz finalmente a República.

A abolição êle a tornou inadiável no dia em que, dando expressão ao sentimento público, se recusou a perseguir e a capturar os escravos que desertavam as plantações, onde tinham chegado as vozes dos propagandistas, uns políticos, outros humanitários, da abolição.

A marcha da abolição foi ordeira e progressiva, e representa para o século XIX no Brasil uma honra apenas igualada pela conciliação que presidiu à separação entre Igreja e Estado. Nesta separação deu-se entretanto, como traço essencial, o

respeito da propriedade eclesiástica, quer a das irmandades quer a das órdens religiosas. Algumas destas órdens, por exemplo a dos beneditinos, dispunham de grande riqueza, de que exerciam a administração e gozavam o usufruto, cabendo ao Estado o domínio directo, mas contavam apenas meia dúzia de frades, achando-se proíbido o noviciado e sendo muito limitado, desde longo tempo, o número dos noviços. Já o viajante inglès Henry Koster, inglès de Lisboa que foi visitar o Recife para mudar de clima e ali veio a morrer, tendo escrito uma descrição daquelas terras que é um primor, dizia que, chegando em 1810 a uma cidade do norte de Pernambuco, tivera ensejo de assistir à tomada de hábito de um noviço, espectáculo considerado dos mais raros.

A sábia lei de 7 de Janeiro de 1890, obra de Ruy Barbosa, reconheceu a todas as igrejas e confissões religiosas a personalidade jurídica para adquirirem bens e os administrarem, abrindo o Estado mão do direito de devolução do património congreganista e concedendo a cada uma daquelas entidades o domínio dos seus haveres na sua plenitude, pela abolição da desamortização dos bens imobiliários das órdens regulares.

A população do Rio de Janeiro não viu com bons olhos que fôssem chamados monges belgas e alemães a reforçarem a órdem de S. Bento, a qual de resto nas suas mãos adquiriu nova actividade, construindo-se em S. Paulo uma formosíssima basílica, abrindo-se ali um ginásio para instrução secundária e outro no Rio de Janeiro, fundando-se em Pernambuco uma escola agrícola prática e estabelecendo-se no Rio Branco amplas missões. Os tribunais decidiram entretanto que a transferência

de propriedade fôra perfeitamente legal e o govêrno sustentou a decisão dos tribunais contra os manifestantes da rua.

No caso da abolição não houve igual respeito pela propriedade, ou por outra, a propriedade escrava foi considerada tão *sui generis* que não merecia indemnização, comquanto sôbre ela cobrasse o Estado impostos até ao último momento.

Nos dois campos houve exagêro, se bem que não comparável com outros países. Nos Estados Unidos a Bíblia era até invocada para coonestar a escravidão, a qual se encontrava moralmente justificada no Velho Testamento; quanto ao princípio económico a que obedeciam os fazendeiros do Sul da União americana era o mesmo formulado por Catão o estoico — que um bom lavrador deve vender o boi doente e o escravo velho.

D. João VI, que tinha uma natureza misericordiosa, era todavia aferrado à escravidão e a classe agrícola com êle pensava, e tanto assim que o tráfico negreiro apenas em 1851 foi abolido por lei expressa, depois que o Brasil sofreu a ignomínia do *bill* Aberdeen, aprovado pelo Parlamento britânico e que dava aos cruzadores ingleses o direito de aprizionarem os navios negreiros dentro do limite das águas territoriais brasileiras, à sombra das fortalezas dos portos, cujos canhões tiveram que emmudecer contra tão insólita intervenção decretada em nome dos princípios humanitários.

Uma vez estancada a fonte africana, era mistér estancar a fonte nacional, e foi o que conseguiu em 1871 o visconde de Rio Branco, após uma renhida e admirável luta parlamentar de cinco meses. Os escravos nascituros foram declarados livres; queria isto dizer que dentro de um certo

número de anos não haveria mais escravos no Brasil. Era, porém, já tarde para se parar aí. Em 1878, com a subida dos liberais, a questão da abolição total foi transportada da praça pública para o recinto parlamentar.

Em 1884 propôs-se libertar os escravos sexagenários; no ano imediato adotaram-se outras medidas para apressar o movimento, aliás activado pelos próprios senhores de escravos por meio de largas alforrias das suas manadas humanas; duas províncias, Ceará e Amazonas, declararam-se livres por iniciativa própria; por fim, em 1888, foi apresentado ao Parlamento, relatado, discutido, aprovado nas duas Câmaras e sancionado pela Primeira Regente, tudo isto dentro de cinco dias, um projecto de lei concedendo liberdade incondicional a mais de 700:000 escravos.

Diz-se que, quando o Ministro da Agricultura leu à Câmara dos Deputados a proposta governamental, o entusiasmo foi tal no recinto e nas galerias (o movimento abolicionista tinha tocado o seu auge) que êle não ousou ler um segundo artigo fixando uma justa indemnização aos donos de escravos, assim reduzidos muitos dêles a precárias circunstâncias.

Não sei se é verdadeiro êste ponto: apenas sei que a abolição da escravidão consumada sem desassocêgo no país contrasta singularmente com a guerra civil que nos Estados Unidos grassou por 4 anos, vitimando tantos e tão prestimosos cidadãos.

Quando o Senado encerrou a votação, das galerias choveram flores dentro do recinto e o ministro dos Estados Unidos, apanhando algumas dessas flores, disse que as ia levar para o seu país para

mostrar como o Brasil resolveu um problema que na grande União americana comportára o custo de uma guerra tão sangrenta.

É possível dizer-se com acêrto que naqueles dias a política do Brasil foi modelada pelos agitadores na capital; em todo o caso a massa popular achava-se apenas embriagada de sentimentos humanitários. A capital pode territorialmente e do ponto de vista da população representar tão sómente uma pequena porção do país, mas é a porção equivalente ao cérebro e ao coração: não é de admirar que lhe caiba a parte preponderante. A distância de resto foi sempre curta no Brasil entre república e monarquia e ao Imperador nunca assustaram as concessões políticas. No tocante à abolição, D. Pedro II nunca a quis precipitada de forma a prejudicar a economia nacional, mas sempre pensou em resolvê-la pelos meios legais. No tocante à Federação, mostrou-se o soberano pronto a aceitá-la e até a aceitar a República, se tal fôsse a vontade popular. E com efeito abdicou, quando pensou que lhe não acudiam apoios com que devia contar, sem querer provocar derramamento de sangue.

Aos factores negativos, isto é, aos elementos conservadores que desertaram a causa imperial há que juntar os positivos, sobretudo a propaganda republicana.

A influência francesa foi sempre espiritualmente forte na América do Sul. Não sei se foi sempre vantajosa, nem quero agora entrar nesta discussão, que reclamaria maior soma de tempo do que aquela de que dispômos.

Um escritor uruguaio, o Sr. Herrera, escreveu um livro amplamente documentado e sobretudo baseado na grande obra de crítica demolidora de

Taine, para provar que a revolução francesa só poderia haver exercido uma influência perniciosa entre as sociedades de ascendência ibérica, atribuindo-lhe até a principal responsabilidade nas lutas civis que foram características na América latina do século XIX, criando-lhe uma reputação de desassocêgo crónico, da qual ela já se vai libertando.

Outro escritor, este aliás francês, Marius André, lê pela mesma cartilha.

Já vimos que uma das formas por que se manifestou a acção da mentalidade francesa foi pelo movimento ortodoxo comtista entre os jóvens oficiais do exército, assim juntando suas aspirações repassadas de filosofia aos ressentimentos dos velhos oficiais da campanha do Paraguay.

O exército no Brasil dizia-se descurado e beliscado pela autoridade civil: surgiu assim uma questão militar, que o Govêrno quis resolver mais pela habilidade do que pela energia; ou por outra, quando quis experimentar a energia, já era tarde. Republicanos de capacidade e de iniciativa souberam desviar em favor da República êsse descontentamento de classe. Aristides Lobo, que era entre os membros do govêrno provisório o único de quem se pode dizer que era jacobino, escreveu textualmente que o povo assistiu *bestialisado* à queda da monarquia.

Se o monarca era um grande homem de bem, a monarquia, tal como se achava organizada, era uma criação política, pode dizer-se perfeita no seu funcionamento e nos seus princípios. O trôno não tinha regalias ou privilégios que entrassem em conflito com a vontade da nação: cabia-lhe apenas um papel verdadeiramente moderador, desempenhado aliás com singular prestígio moral. Já me referi, de pas-

sagem, ao Conselho de Estado, diferente de qualquer outro congénere, e no seio do qual eram as questões públicas que se ventilavam estudadas antes de serem objecto da iniciativa governamental ou de serem temporáriamente postas de lado. Os luminosos pareceres das sumidades que formavam aquele Conselho constituem a melhor história da nossa legislação. O Senado, vitalício e em número reduzido de 60 membros, não degenerava numa oligarquia, porque acima dele pairava a Corôa. Os senadores eram eleitos directamente pelas províncias respectivas, e com os mais votados se formava uma lista tríplice, cabendo ao Imperador a escolha de um, que podia ser o menos votado dos três e representar até política infensa à do gabinete no poder, se por acaso o soberano nêle descobria maior mérito.

O Parlamento no Brasil foi sempre liberal, como liberal foi sempre a suprema magistratura, mesmo quando a exerceu, em tempo da menoridade de D. Pedro II, o Regente Feijó, padre cujas ideas frizavam pela indisciplina religiosa, pois que era um adversário decidido do celibato eclesiástico, e político de pulso, que não trepidou em licenciar um exército que chegára ao extremo da indisciplina e opôr-lhe uma guarda nacional, calcada sôbre a que em França inventára a monarquia burguesa de Luís Filipe.

O número dos republicanos *in petto*, isto é, dos que calavam suas preferências, era mais considerável do que o daqueles que combatiam francamente o regime e para os quais um vocábulo deve sempre corresponder à realidade, democracia significando realmente o govêrno do povo.

A monarquia no Brasil oferecia pouco flanco

para ataque e o Presidente Roosevelt, de cujo republicanismo não é lícito duvidar, disse uma vez em conversa que nunca pudera compreender por que motivo fôra deposto um soberano tão sábio, tão clemente e tão patriota. O regime era de facto moralizado e o Imperador honestíssimo em todos os sentidos.

A República desenvolveu materialmente o país, aproveitando o espírito progressivo da época para utilização e expansão dos seus recursos, tanto mais quanto repudiou a parcimónia administrativa que fôra característica do regime anterior; não aumentou, porém, as liberdades públicas, que eram plenas; como fruto talvez da época, o que aumentou foi a corrução, mesmo privada. Um propagandista da República, que era de côr, disse um dia que a monarquia significára de facto a liberdade, mas que a República tinha que implantar a igualdade. Esta, porém, já fôra implantada, já brotára e já frutificára. No Brasil colonial ergueu-se um brado pelo menos de protesto contra a escravidão dos negros, igual ao que no século XVI formulou nas Antilhas o bispo Las Casas contra a escravidão dos índios. Foi um sacerdote o autor do *Etiope resgatado* e o bispo Azeredo Coutinho, o que foi prelado de Pernambuco e depois de Elvas, fez ver que a abolição só podia trazer vantagens à economia do País.

Durante o Império nunca houve questão alguma de raça. Dois dos maiores escritores do Brasil, Gonçalves Dias e Machado de Assis, eram, um mestiço e o outro mulato. O facto de ser mulato não impediu o Barão de Cotegipe de ser Presidente do Conselho e chefe do Partido Conservador. Por isso não existe entre nós êsse elemento des-

contente e ao mesmo tempo insolente, que é o negro americano. O benefício que daí se deriva para a vida nacional é imenso e constitui de-certo um dos fundamentos da impressão de felicidade que o Brasil sugére, se bem que nem tudo por lá corra à perfeição e não haja motivo sério para afirmar que Américo Vespucio não errou quando ali localizou o Paraíso terreal.

Os negros vão de resto desaparecendo paulatinamente na população branca, que não cessa e aflue.

Antes da guerra o número de imigrantes europeus subia anualmente a mais de 100:000.

Impossível é dizer a quanto sobe a população de côr nos 30 milhões de população nacional: um quinto talvez.

No último recenseamento não figura a qualificação da côr, certamente porque o maior número, senão a totalidade, se daria por brancos.

Desde que, segundo os etnólogos, as raças puras são um êrro à luz da história, devendo nós então considerar Gobineau, o apologista da raça branca, um filósofo devaneador, devemos admitir que a solução ibero-americana, isto é, a da fusão das raças, é mais promissora, mais benéfica e especialmente mais humana do que a da separação ou a da segregação praticada pelos Estados Unidos.

O escravo sofredor e o senhor que nem sempre era malvado, pertencem hoje às sombras do passado, assim como os padres caudilhos. Perguntava-me um dia, muito ao sério, o grande folhetinista Júlio César Machado se monsenhor Pinto de Campos, o tradutor do Dante, muito conhecido em Lisboa onde viveu anos no antigo hotel Bragança, fôra bandido em Pernambuco, pois que lhe tinham

contado algumas das suas aventuras bélicas no sertão. As tradições do período tumultuário do Brasil de 1821 a 1849 evocam na verdade êsses *condottieri* tonsurados, de batina arregaçada, com um bacamarte na mão em vez do breviário, alguns galopando com uma guapa rapariga na garupa do cavalo, tal qual Garibaldi com a sua Anita riograndense.

Até a reacção eclesiástica incarnada há uns 50 anos ou mais nos prelados educados em Roma se fazer sentir e o clero brasileiro se tornar exemplar do ponto de vista dos costumes, como o era do ponto de vista das convicções patrióticas, houve abundância daqueles padres e frades de frouxa disciplina e de ardor faccioso. Os padres no Brasil deixaram porém igualmente de ser políticos no sentido restrito da palavra, confinando-se puramente na vida religiosa, a qual não se acha entretanto inteiramente desassociada dos negócios públicos, porquanto o clero busca naturalmente dirigir as almas pelos trilhos ásperos da moral e fornecer ao pensamento nacional uma orientação católica sem própriamente intervir nas lutas partidárias. Presentemente não existe sacerdote algum nas duas casas do Congresso, ao passo que as dioceses se multiplicam pelo país e que a hierarquia dá às associações católicas o sinal do combate doutrinário ao espírito protestante, que do estrangeiro se infiltra à sombra da completa liberdade de cultos e que dêste modo encontra a forte resistência do crédo tradicional desdobrado em nacionalista.

Dir-me hieis talvez, se vos interrogasse a respeito, que na rápida resenha de acontecimentos da

história brasileira e das influências a que esta tem obedecido no seu desenvolvimento, resenha que tenho tentado esboçar perante vós, ligeiramente mas procurando não esquecer o essencial, os aspectos favoráveis à minha nacionalidade e a sua cultura teem levado decidida vantagem sôbre os que poderiam diminuir-lhe o prestígio. Responder-vos hia que em primeiro lugar não conheço sucesso ou ideal de natureza a marear o lustre da civilização que de vós recebemos como um legado sagrado: não digo como o facho simbólico dos gregos, porque se nós apenas começamos a realizar nossos destinos, vós ainda não cumpristes de todo os vossos; em segundo lugar que, quando fosse diverso o caso, antes me competia passá-lo sob silêncio do que expô-lo à censura.

Toda a história pode encerrar páginas em que se note haver prevalecido alguma orientação falsa; nenhuma deve comportar páginas vergonhosas e a história luso-brasileira acha-se felizmente isenta delas. A caça aos escravos é pecado em demazia generalizado para poder ser-lhe assacado: funde-se na responsabilidade comum.

No prefácio de um interessante trabalho sôbre as *Normas económicas na colonização portuguesa* escreveu o Sr. almirante Almeida d'Eça esta bela página, que eu subscrevo gostosamente:

«Há duas maneiras de escrever a História. Se o fim a atingir é especialmente educativo, se o que principalmente se pretende é promover, pelo conhecimento e admiração dos grandes nomes e dos grandes factos, o incitamento da mocidade para ganhar também renome e trabalhar no engrandecimento da pátria, a História, especialmente a história na-

cional, sem falsificar os factos nem deturpar a verdade, pode e deve mesmo dar todo o relêvo ao que é grande, generoso, altruista, abnegado, e passar de leve sôbre as pequeneses, as fraquesas, inherentes à fragilidade humana. Se as intenções e sobretudo os resultados foram bons para a grei, o resto, os desfalecimentos intercorrentes, os abusos do poder, os êrros de administração, emendados a tempo, tudo isso pode perdoar-se, em vista da excelência da obra considerada no seu conjunto, tudo isso pode passar-se em claro na história educativa da mocidade. Até mesmo as lendas, dentro de certos limites, se devem admitir na história que tenha essa aplicação, tanto mais que rara será a lenda que não tenha um *substractum* de verdade histórica. Há alguns anos um crítico julgou demonstrar que a vida de Guilherme Tell era um tecido de lendas e propôs que no ensino da história pátria à juventude suissa, essas lendas fossem suprimidas; mas logo as autoridades que na República Helvética superintendem na instrução pública, repudiaram a proposta, afirmando que, lenda ou verdade, a história de Guilherme Tell era um dos fundamentos do espírito nacional, que a todo o transe cumpria manter».

Quando eu residi no Japão, onde me levaram os azares da vida diplomática, lembro-me de que um professor público foi exonerado porque declarou em aula, com o scepticismo embebido com a civilização ocidental, que restava provar a descendência do Mikado da deusa Amaterasu, a Diana menos casta que a helénica, da mitologia japonesa. Com o seu senso eminentemente realista, isto é, prático, o govêrno do Japão sabia perfeitamente que a lua inspira a poesia nacional mas em nada

contribuiu para a dinastia imperial: não podia porém consentir de bôa mente em que se extirpasse uma velha lenda que empresta orgulho à nacionalidade e patriotismo ao povo. O Japão sentir-se ia diminuido se privado dessa ligação divina que, através de tantos séculos, se manteve ilesa no espírito da gente que está guiando a grande e industriosa raça amarela e pelo destemor e abnegação individual bem como pela florescência das indústrias e do comércio, predominando no seu continente, berço das maiores civilizações.

III

Feições da política externa e do desenvolvimento económico do Brasil

O traço capital da política exterior do Brasil foi herdado da política exterior portuguesa na América do Sul e resultou de uma situação geográfica em conflito com uma situação diplomática. A famosa linha de Tordesilhas alcançava o mar em Laguna, em Santa Catarina, excluindo da soberania portuguesa a fronteira natural do sul do Brasil, a qual deveria ser o Rio da Prata. Como os convénios internacionais fizeram-se porém para não serem respeitados, Portugal estabeleceu-se na margem esquerda do estuário, num local quási fronteiro ao de Buenos-Aires, que se denominou a Colónia do Sacramento e constituiu um pomo de contínua discórdia. Os espanhoes da outra margem destruiram a Colónia; levantaram-na de novo os portugueses e assim proseguiu a disputa, com as mesmas alternativas, ora fixada por negociações directas, ora regulada em congressos de plenipotenciários, como o de Utrecht, onde ocorreu a liquidação da guerra de sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa, representada por Tarouca e D. Luís da Cunha e ajudada pela diplomacia inglesa, obteve o

limite meridional do Rio da Prata e o limite setentrional do rio Oyapoc ou de Vicente Pinzon. O Congresso de Vienna em 1815, que refêz o mapa da Europa, tarefa que a diplomacia avoca cada cincoenta anos, sancionou o segundo limite, mas não o primeiro, porque pelos tratados de 1750 e 1777, Portugal abrira mão da margem oriental do Prata em troca do *hinterland*.

D. João VI aprendera com a França a doutrina dos limites naturais e não deixou de sagazmente referir-se ao Rheno e aos Alpes quando a Europa lhe quis fazer ver a justiça dos direitos espanhoes. Seu duplo intuito consistiu em incorporar Montevideu trazendo o Brasil até o estuário e impedir na outra margem a constituïção de qualquer nacionalidade forte, que pudesse vir a fazer sombra ao Brasil. Neste ponto concordava sua política com a da Grã-Bretanha, que via com bons olhos a conservação dum Brasil unido, porque contava com a fidelidade ultramarina à velha aliança anglo-lusa, tanto mais quanto seria Canning o medianeiro da paz entre Portugal e Brasil, quando êste se declarou independente, e Sir Charles Stuart o portador do reconhecimento português do império, mas não enxergava do mesmo modo a formação de grandes e vigorosas nacionalidades espano-americanas, cohesas e prestigiosas.

A política do império foi a mesma de D. João VI, que a afirmára anexando a Banda Oriental, que ficou sendo denominada Província Cisplatina, por um processo que hoje chamaríamos de *self determination;* na verdade por um velho e conhecido processo de corrução dos dirigentes do momento dessa porção do vice-reinado espanhol do Rio da Prata, a qual por fervor realista se desagregára do

todo. A união da Cisplatina não podia contudo durar: língua e tradições históricas separavam-na do resto do Brasil; Buenos-Aires acenava-lhe com a reunião e ela própria aspirava à autonomia. Foi o que veio a suceder. Em 1825 rompeu a guerra por êsse motivo entre Buenos-Aires e o Brasil, guerra que foi mais marítima, isto é, de combates navais e sobretudo de presas, do que terrestre, ambos os contendores ainda hoje disputando-se em Ituzaingô foram vencedoras as armas imperiais ou as armas argentinas. A Argentina pretende que o seu general Alvear ficou senhor do campo de batalha; o Brasil entende que o seu general Barbacena se retirou por estratégia e que os estandartes e tambores tomados não o foram no encontro, mas sim na ocupação de uma arrecadação militar.

A mediação inglesa trouxe a cessação das hostilidades e a organização do Uruguay em estado independente, estado *tampon,* que devia para todo o sempre preservar os sentimentos conservadores do Rio Grande do Sul contra as tendências demagógicas das desordeiras repúblicas do sistema platino. Assim pensavam os estadistas do império, preparando-se para transformar a garantia da independência do Uruguay num protectorado brasileiro. Cada um entende a seu modo o chamado «balance of Power», isto é, o equilíbrio dos poderes, e não há nação por emquanto que não desconfie de uma vizinha poderosa.

A situação platina ficou sendo a seguinte: além do Urúguay, em cuja vida interna o império intervinha freqüentemente, um estado interior, o Paraguay, acessível pela via fluvial, fechado pelos seus ditadores Francia e Lopez ao intercurso estrangeiro e preferindo o isolamento à perda da soberania, e uma porção de províncias oficialmente intituladas

unidas, mas de facto desunidas, apenas de acordo na oposição à supremacia de Buenos-Aires, que pela sua posição topográfica e relativa importância aspirava à condição de capital. A República Argentina passou por grandes provações, das quais a maior foi a tirania deshumana de Rosas. Foi entretanto o govêrno dos caudilhos que, consubstanciando o princípio da autoridade de uma sociedade onde a falta de autoridade ameaçava conduzir à anarquia, constituiu a pedra angular de uma ordem social, que representou o supremo benefício para uma sociedade política, à qual um pujante desenvolvimento económico tem emprestado um extraordinário progresso material e moral.

A história diplomática do Brasil é por assim dizer puramente americana. O reconhecimento do império não foi difícil. A Inglaterra bafejava-o, apenas pretendendo tirar partido da situação para promover mais rápidamente a abolição da escravidão. Desde as primeiras negociações, ainda oficiosas, entre Canning e o marquês de Barbacena, que o govêrno britânico prometera sua anuência e seu apoio, se o Brasil quisesse fixar um curto prazo para a extinção da instituïção servil. Na Áustria Metternich governava, mas o imperador era o sogro de D. Pedro, e a grande potência que representava a reacção entendia demais de diplomacia para querer fazer o jôgo transatlântico da Inglaterra, sempre pronta a segurar posições vantajosas ao seu comércio por todo o mundo e também disposta naquele tempo a atribuir à Liga das Nações que se chamou a Santa Aliança, o que Lord Castlereagh em despacho para o ministro britânico no Rio de Janeiro qualificava, no tocante a intervenções, como um «carácter ilusório».

As relações entre o Brasil e a Europa, por não serem políticas, não deixaram de ser estreitas e mesmo íntimas do ponto de vista económico. Na Europa encontrava o Brasil bons fregueses para os seus produtos; seus empréstimos eram lançados em Londres; da Inglaterra e da França ia o capital para suas emprêsas, especialmente estradas de ferro e portos; do sul da Europa, Itália, Portugal e Espanha, sairam os trabalhadores livres que deviam tomar o lugar dos trabalhadores escravos.

Os Estados Unidos pouco a pouco foram tomando o primeiro lugar na importação de produtos brasileiros, sobretudo café e borracha, que aliás representavam antes da guerra 83 % das exportações brasileiras. O café ainda hoje mantém a mesma posição no mercado americano, apesar do grande desenvolvimento que essa cultura tem tomado em possessões dos Estados Unidos e sobretudo na República de Colómbia, e a borracha vai ultimamente recobrando a anterior importância como artigo de exportação, quando não era considerável, como veio a ser, a produção das plantações de Ceilão, de Málaca e da África, a qual em 1913 figurava como 44 % da produção mundial e em 1920 subira a 89 %. Seu lugar tinha sido tomado de certo modo na lista dos géneros brasileiros pelo arroz, que dantes se importava no valor de 700:000 libras e que em 1913 entrou a figurar nas estatísticas comerciais como artigo de exportação, avaliado em 2:000 libras, valor que em 1920 ascendera a 6 milhões de libras. Durante a guerra ofereceu-se aos Estados Unidos bôa oportunidade para conquistar na América do Sul um mercado que até então pertencera à indústria europeia, mas os Estados Unidos não souberam aproveitar-se suficientemente do ensejo.

O seu comércio adoptou algumas facilidades, cuja ausência dantes o prejudicava altamente, sendo a primeira a extensão dos créditos mercantis, mas não prestou às encomendas a atenção meticulosa a que a Alemanha habituara o consumidor transatlântico e demais a atenção estava voltada nos Estados Unidos para os lucros fáceis e abundantes da venda de munições, que entreteve a guerra de que os Estados Unidos vieram afinal a ser êles próprios o factor decisivo, depois do Presidente Wilson haver entoado os louvores da paz sem vitória.

As relações políticas entre os Estados Unidos e o Brasil foram sempre, e continuam a ser, as mais cordeais.

Pode dizer-se que dois incidentes apenas as turvaram, incidentes, porém, despidos de grande importância. Durante a guerra com a Argentina, de 1825 a 1828, o encarregado de negócios americanos protestou, com veemência, contra o que êle opinava serem atentados contra a liberdade dos mares, aspecto essencial do direito das gentes e sem a qual êste nunca poderá ser uma realidade. O representante americano não considerava efectivo o nosso bloqueio do Rio da Prata e não queria saber dos bloqueios à distância que a última guerra conheceu; entendia que os navios deviam receber aviso do bloqueio e que fôssem apenas sujeitos a captura se deliberassem romper o mesmo bloqueio, e não só repelia as capturas no alto mar só pelo facto de suspeita de que as embarcações se dirigissem para os portos bloqueados, como o recrutamento forçado de marítimos americanos. O Brasil por seu lado queixava-se de que navios corsários argentinos tivessem saído de portos nos Estados Unidos, nêles aprestados, tripulados e comandados por cidadãos

americanos — em suma, a mesma queixa que os Estados Unidos formularam contra a Inglaterra 40 anos depois e que deu lugar à questão do Alabama, decidida em côrte arbitral, em Genebra, a favor dos Estados Unidos.

O antigo Presidente dos Estados Unidos, John Quincy Adams, com sua habitual franquesa escreveu que aquele diplomata seu compatriota tomava a fanfarronada por bravura e a insolência por energia, e por sua vez o Secretário de Estado, Henry Clay, honrou-se escrevendo o que tantos govêrnos, mesmo os de hoje, esquecem, a saber, que «nenhuma causa jamais lucrou com a manifestação de paixão ou com o emprêgo de linguagem rude e descortez» e que «a guerra ou as ameaças de guerra nunca devem ser usadas como instrumentos de reparação, senão depois de malograr-se toda a tentativa de paz».

O govêrno americano honrou-se ainda mais retirando do Rio de Janeiro o seu agente, tanto mais quanto o encarregado de negócios do Brasil também pecara por intemperança de linguagem, provocada pelo que êle considerava parcialidade do govêrno americano pelo govêrno argentino, por ser êste republicano. Em princípio tinham os Estados Unidos razão, e sua política tem sido invariàvelmente no sentido de pôr em execução o enunciado de Grotius, o pai do direito internacional, de que em tempo de guerra toda a nação deve ser livre de comunicar-se e traficar com outra nação; por outras palavras, o princípio da imunidade da captura e da destruïção da propriedade particular no mar, exclusão feita do que houver sido razoavelmente classificado como contrabando de guerra. Digo razoavelmente porque, por ocasião da recente guerra, nada

houve que não fôsse considerado contrabando de guerra, até os víveres, e a liberdade dos mares foi o primeiro dos quatorze famosos princípios que o Presidente Wilson imolou.

A outra controvérsia entre o Brasil e os Estados Unidos foi relativa à abertura do Amazonas ao comércio universal. É mistér não esquecer que o Amazonas corre através do Perú e do Brasil por uma distância de 4:000 milhas e é navegável para vapores de alto mar a uma distância de 2:300 milhas, desde a fós até Iquitos, no Perú.

A política colonial portuguesa fôra a de todos os outros países, inclusivè a da Inglaterra de Cromwell, uma política de exclusivismo comercial.

Em 1851, quando de Washington começaram a querer alterar esta situação, que perdurara, o Brasil celebrou com o Perú um tratado limitando a navegação e tráfico mercantil do Amazonas e seus tributários aos Estados ribeirinhos. O Perú agiu evidentemente sob pressão do Rio de Janeiro, pois que já abandonara práticamente a sua política de monopólio, concedendo direitos aos americanos, e a Bolívia fôra mesmo até estender tais direitos a todos os países, declarando livre sua navegação fluvial, que abrangia o grande afluente do Amazonas, o Madeira.

Além duma questão de princípio havia da parte do Brasil a desconfiança de que os Estados Unidos, que acabavam então de anexar grande parte do México, lançavam olhares cubiçosos sôbre a região amazónica e suas matérias primas.

Nos Estados Unidos chamavam à política brasileira de reclusão política japoneza, e no Brasil os jornais tratavam os americanos de piratas, expressão para que buscavam justificação em certas expe-

dições daquele tempo contra portos espano-americanos.

De facto os Estados Unidos não alimentavam pretensão alguma de implantarem a sua democracia à sombra dos seringais e apenas visavam a extensão do seu comércio.

Felizmente a disputa permaneceu no terreno diplomático; no Brasil mesmo um grande publicista e orador parlamentar, Tavares Bastos, chamou a si advogar a causa da liberdade e o movimento da opinião esclarecida foi rápidamente adoptando o seu ponto de vista.

Em 1854 o Conselho de Estado manifestara-se contra a franquia; em 1861 Tavares Bastos apresentava seu projecto de lei em favor dela; em 1866 o Amazonas acolhia os pavilhões dos navios mercantes de todos os países. É um outro exemplo êste de que o Brasil sempre se deixou até aqui levar por ideais jurídicos, atingidos por processos ordeiros.

A sua política mesmo de intervenção no Rio da Prata nunca foi ditada pelo espírito de conquista, mas toda a intervenção é irritante e susceptível de perigos para as relações internacionais.

A diplomacia do império, seguindo nisto os moldes europeus, entrou a fomentar a importância do Paraguay, para servir de contrapeso à da República Argentina. O Paraguay tornou-se uma dependência política do Brasil, como o Uruguay. O Brasil armou-o, dotou-o de obras estratégicas, deu ao seu povo inculto, mas de grande bravura, educação militar e estimulou quanto pôde o sentimento da independência, reconhecida pelo Império em 1843, quando a Argentina se recusou a fazê-lo.

O Brasil, porém, nutriu no Paraguay um inimigo e não um amigo: aliás sangue, língua, tradi-

ções, operavam em contrário a um entendimento. Quando a política de intervenção atingiu o seu auge com a missão Saraiva a Montevideu, e o Império, invocando o seu direito de protecção dos seus nacionais e dos interêsses dêstes, sacrificados na constante desordem, sustentou militarmente uma facção uruguaya contra a outra, o ditador paraguayo, Solano Lopez, protestou violentamente contra a atitude do govêrno do Rio de Janeiro, capturando um navio brasileiro, que se dirigia para Matto Grosso e prendendo até o presidente desta província, que ia tomar posse do seu cargo.

Lopez cometeu, porém, a temeridade de invadir a província argentina de Corrientes, assim virtualmente declarando a guerra pela violação do território estrangeiro e tornando possível uma aliança argentino-brasileira, que não podia ser extremamente popular na Confederação, pois que a principal acusação feita aos unitários era o seu pendor para fazerem concessões ao Brasil. Justamente ocupava a presidência argentina um dos maiores vultos de que se orgulha êsse país, o general Mitre, militar, erudito, político sempre dominado pelo espírito de concórdia sul-americana. Lopez sabia que a província brasileira do Rio Grande do Sul se achava em precárias condições de defesa, e resolveu por isso alcançá-la prontamente através de Corrientes e Entre-Rios, ao mesmo tempo que, voltando-se para o Norte, invadia a província de Matto Grosso, igualmente sem defesa, pois que não se pode considerar como tal a velha e desmantelada fortaleza colonial do Príncipe da Beira, a qual ofereceu uma resistência heróica mas vã. Nesta ânsia, Lopez renunciou à prudência mais elementar e cedeu a uma espécie de delírio militar, para o qual contribuia o

ressentimento pela falta de consideração, que no seu orgulho êle imaginava haver recebido de Mitre, por ocasião do seu primeiro encontro com êle em 1859.

Mitre não o teria então tratado como potentado guerreiro, a que fazia jús na sua opinião o facto do Paraguay contar um exército de 80:000 homens, dispostos a morrer ao seu aceno, e uma fortaleza tida por inexpugnável, a de Humayta, diante da qual, com suas correntes de ferro fechando o rio e seus canhões, estacaram durante anos os navios de guerra e as fôrças de terra dos aliados. «Já conversamos antes» disse-lhe Mitre na entrevista que tiveram no decorrer da guerra e da qual poderia ter resultado a paz com a Argentina.

«Sim, respondeu Lopez, mas naquela ocasião não conversou V. Ex.ª comigo sôbre política; apenas pediu-me informações sôbre livros guaranis».

Como movimento militar, a invasão do Rio Grande foi mal concebida. A coluna paraguaya, ao mando de Estigarribia, foi obrigada a render-se em Uruguayana, vindo o Imperador do Rio de Janeiro receber a espada do seu chefe.

Na sua tenda de campanha recebeu também D. Pedro II as credenciais do ministro inglês, acreditado após a rutura das relações diplomáticas, determinada por incidentes cuja culpa foi atribuida ao lado britânico, pela decisão arbitral do rei Leopoldo I, da Bélgica. Lopez conservou, entretanto, nas suas mãos Matto Grosso que, na falta então de comunicações ferro-viárias, só era dado às fôrças brasileiras alcançarem exaustas e dizimadas, refazendo as proezas dos bandeirantes. A lição de então aproveitou aos militaristas sul-americanos, que em número felizmente limitado, encaram a hipótese de novas guerras no nosso continente de paz. A inva-

são da Argentina, diz-se, não deveria ser através do Uruguay ou pela fronteira do Sul, mas do Norte, através das províncias mesopotâmicas da Argentina e através do Paraguay. É de esperar que êsses cálculos estratégicos nunca se realizem e que as missões militares estrangeiras que pretendem entreter o fogo sagrado do patriotismo, espalhando fagulhas guerreiras, não passem além dos bons negócios das vendas de armamentos para uma eventual defesa. A guerra do Paraguay durou cinco anos, custou muito dinheiro e muito sangue, o Brasil dela não retirou proveito algum, não a tendo mesmo empreendido para engrandecer-se, e a ruina do Paraguay foi terrível, desaparecendo por assim dizer sua população masculina.

Lopez morreu como um romano, de espada em punho, defendendo-se já moribundo e exclamando que *perecia com a sua Pátria.* As nacionalidades, porém, não perecem.

Como não raro acontece e o estamos vendo presentemente, o período da paz oferece por vezes dificuldades não menores que o da guerra, e a afirmação do grande Xogun japonês Ieyasu é freqüentemente verdadeira. Depois da batalha em que êle derrotou seus inimigos, viram-no afivelar a máscara de combate em vez de tirá-la; agora, exclamou êle, é que, de facto, começa a guerra, pois precisamos organizar a vitória.

O Tratado da Tríplice-Aliança, de 1.º de Maio de 1865, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguay, previa a extensão territorial da Argentina e concordava na incorporação do Chaco, que a República considerava como entrando na fórmula da sua síntese nacional, mas que a Bolívia também cobiçava. O govêrno argentino recusou a princípio tirar van-

tagem da vitória para efectuar a anexação, e quando a quis levar por diante, encontrou oposição do Brasil a um passo político, que lhe pareceu prejudicial aos interêsses do império.

A discussão dos tratados de paz foi demorada e agitada, até que o Brasil resolveu *fare da se* e assinar só os convénios impostos e que consagravam o protectorado brasileiro. As negociações entre o Brasil e a Argentina foram transportadas para o Rio de Janeiro e um momento houve em que, com a missão do Ministro Tejedor, a guerra das duas nações esteve por um fio. A missão Mitre repôs, porém, as coisas numa condição de harmonia; entre êle e o Imperador havia uma grande simpatia intelectual e também moral, sendo ambos sábios com princípios humanitários, apenas aceitando a solução bélica quando não havia meio algum de esquivá-la.

A controvérsia do Chaco foi entregue ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos e a Argentina perdeu o pleito, como anos depois perdeu o que dizia respeito ao distrito de Palmas ou território das Missões, concedido ao Brasil pela sentença do mesmo árbitro.

A Argentina aceitou ambas as decisões com a máxima correcção, e qualquer falta de cordialidade que desde então possa ter ocorrido, tem outras causas de momento, que o bom senso popular, mais ainda do que a diplomacia, tem sabido e tem logrado ir removendo.

O Brasil é um país fundamentalmente dotado de espírito pacífico: não quero dizer pacifista, em respeito à opinião do meu falecido amigo, o Secretário de Estado Americano, Robert Bacon, de que *pacífico* e *pacifista* são expressões com sentido dife-

rente, como quem diz que o pacifista é um maníaco da paz. A monarquia brasileira era neste ponto *sui generis*. Não lhe faltava espírito combativo, pois que a sua política no Rio da Prata foi constantemente orientada pela idea de supremacia, mas faltava-lhe espírito militar. D. Pedro I, IV de Portugal, era pessoalmente afeiçoado às glórias militares e no seu govêrno o Brasil atingiu o máximo do seu poderio, contando, por ocasião da guerra com a Argentina, 27:000 homens de linha além de 95:000 de milícias, algarismos que apenas se tornaram a ver por ocasião da guerra do Paraguay, quando se exerceu um severo recrutamento. D. Pedro I aumentou mesmo o exército com mercenários estrangeiros — irlandeses, suissos e alemães — que o povo detestava, porque eram desordeiros, dados à embriaguês e até à pilhagem, e constituiam uma espécie de guarda pretoriana, cuja presença trazia impopularidade ao monarca e ao regimen, dando a êste uma tonalidade europeia de mau género. As guerras estrangeiras como métodos políticos foram sempre encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e neste sentido especialmente a guerra do Paraguay não deixou de sê-lo: os voluntários que a ela acudiram eram, de facto, muito pouco *por vontade própria*.

Para o segundo imperador, cujo longo reinado se estende desde 1840 até 1889, os louros dos campos de batalha não possuiram a menor atracção e mais paisano ficou ainda o seu espírito após a prolongada e cruenta guerra do Paraguay, quando verdadeiramente se formou em redor do trôno uma classe que até então não existia, a classe militar, tendo por chefes generais aureolados pela vitória e que, se a corôa não pairasse acima deles, se trans-

formariam fàcilmente em caudilhos representantes de uma casta. O Marechal Deodoro da Fonseca, que esteve à frente do pronunciamento, do qual resultou a queda do império, foi um dos que regressaram da campanha com fama e prestígio.

D. Pedro II, pressentindo o perigo que para a dinastia e para as instituïções constituia a organização dos militares em classe, partia da justa observação de que os oficiais brasileiros em constante camaradagem durante cinco anos com os oficiais ispano-americanos, deviam ter forçosamente adquirido o espírito republicano, que os levava a quererem acentuar a interferência do exército no desenvolvimento das questões nacionais.

Quando me refiro a classes, não é porque as tenha por incompatíveis com o progresso dum país. Um americano das minhas relações diz mesmo que é de classes que os Estados Unidos mais carecem para uma perfeita organização social. Que me perdoe, pois, a memória de Tocqueville, campeão da igualdade: as classes são legítimas e úteis, mas, no dizer de um escritor francês, e raro é o que não seja militarista, um exército pode fácilmente degenerar de uma instituïção inútil numa instituïção perniciosa, quando à sua mercê se deixa a interferência na política. Êsse escritor entende que quando não empenhado na sua missão essencial, que deve ser a defesa nacional, ao exército cumpriria contribuir para os trabalhos públicos, por exemplo para a construção de caminhos de ferro, servindo um propósito tanto estratégico como económico.

É de senso comum que se a nação coopera com o exército em tempo de guerra, deve em bôa justiça o exército cooperar com a nação em tempo de paz. Sem isto é difícil manter na ociosidade a disciplina,

assaltada a cada passo pela tentação de desempenhar na evolução nacional um papel preponderante, quando não pela tentação ainda mais grave de dar expansão aos zelos internacionais pela solução violenta da guerra.

Um estado de paz armada é a perversão daquilo de que a América mais necessita, a saber, pôr de lado ideas de hegemonia, obstáculo de maior monta à solução comum do problema fundamental do novo mundo, que é o desenvolvimento dos seus recursos económicos.

Um jóven e já ilustre escritor brasileiro, que desde os bancos académicos se dedica exclusivamente ao estudo das questões relativas à educação e neste momento dirige com actividade e proficiência a instrução no distrito federal, o sr. António Carneiro Leão, escreveu não há muito, quando nos deu a febre dos armamentos, que semelhante militarismo é todo convencional e que ser militarista num país que nenhum perigo externo ameaça e tem tantos problemas seus que encarar e resolver, é nada mais nada menos do que um crime de lesa-pátria.

Temos que intensificar a nossa produção para compensar a desvalorização da moeda, que faz com que aumentem as exportações e diminua ao mesmo tempo o seu rendimento; temos que procurar estabelecer uma mais justa e razoável proporção entre o oiro em depósito, que diminuiu consideràvelmente, e as emissões em papel, que aumentaram extremamente; temos que activar nossa produção industrial desde o momento em que as importações se restringiram grandemente, por efeito da enorme diferença de câmbio, e que um país novo não pode dispensar a entrada de maquinismos, trilhos, auto-

móveis, todo o aparelho indispensável ao progresso hodierno; temos que aumentar a capacidade produtora do trabalhador, que actualmente, por motivo de doenças de que a higiene o libertará, não produz mais do que 30 a 40 % da energia individual possível, em condições normais, conforme se calcula com relação a mais de 50 % da população brasileira.

Em tais condições a política de armamentos pode ser taxada de um crime de lesa-civilização e de lesa-humanidade. Não podemos ter receios uns dos outros, porque não há no novo mundo interêsses vitais em conflito, nem questões de honra a dividir-nos.

A União americana defendeu ciosamente o continente de qualquer intromissão europea, mas não aspira a pesar sôbre os destinos de tantas nações soberanas, com vivo pundonor e com elementos de vida própria. E se alguma jamais tiver que se queixar do fado é porque contribuiu ela mesma para torná-lo inglório ou lastimável.

É próprio das sociedades humanas que nelas lavre a desconfiança, e o imperialismo norte-americano não é uma mera sombra de apavorar povos pusilânimes. Os Estados Unidos fizeram-se a golpes de anexações, por meio de compras e conquistas, e, porventura, nenhum outro país se há engrandecido tão rápidamente na idade moderna. Os organismos que crescem carecem de maior soma de alimentação, e o crescimento da União foi tamanho que despertou um apetite formidável — apetite de terras e de mercados. O golfo do México, quero dizer, o mar das Antilhas, apesar de algumas ilhas onde flutua ainda o pavilhão britânico ou o pavilhão francês, já é um lago norte-americano, comquanto

o México conserve e defenda galhardamente sua independência. Da saída do Atlântico para o Pacífico dispõem os Estados Unidos com o canal do Panamá, que mutilou a Colómbia e fêz surgir a pequenina Rèpública do Panamá da cabeça de Roosevelt, com menos dôres do que Palas surgiu outrora da cabeça de Zeus a meio de uma enxaqueca, que a mitologia imortalizou. Roosevelt capacitou-se depois de que com os ibero-americanos mais vale empregar a persuasão do que a violência. O episódio colombiano, em seguida ao episódio cubano, retardou a marcha da influência norte-americana, a qual os Estados Unidos tratam de fazer suprema em toda a América, servindo-se do sentimento da solidariedade.

Solidariedade supõe cooperação, mas não fusão. Esta implica abdicação da independência, portanto de soberania. Por isso não é popular no continente a idea de aliança. Na recente conferência pan-americana de Santiago gorou o projecto de uma sociedade das nações americanas e antes disso os Estados Unidos afirmaram de modo inequívoco sua relutância a aderirem à Liga criada pelo tratado de Versalhes, porque, como bem escreve nos fundamentos do seu voto no Instituto de Direito Internacional, na reünião de 1920, o ministro de Venezuela em Lisboa, Sr. Planas Suarez, que é um internacionalista distinto, a organização daquela Liga dela fêz um instrumento político, uma aliança de Estados com propósito definido e não uma sociedade de nações, senão de certas nações europeas, momentâneamente unidas para garantir a execução de um tratado iníquo.

Os Estados Unidos, abstendo-se de figurar nesse pacto, incarnaram o espírito americano de igual-

dade das nações, avêsso a um conselho director, compreendendo membros de direito e permanentes, quando todo êle deve ser eleito e periódico. O sentimento ibero-americano é hostil a toda a criação oligárquica no seio do Novo Mundo, mas não tem em si fôrça bastante para contrariar, se a tanto se abalançasse, a expansão dos Estados Unidos, quer política, quer económica. Semelhante expansão é característica das nações fortes. Nenhuma deixa de traduzir essa feição. Trata-se duma das fatalidades da história, e êste carácter de fatalismo os publicistas e sociólogos americanos o fixaram no intitulado «destino manifesto».

Um momento houve na evolução norte-americana em que as Universidades, isto é, o elemento pensante, constituiam o contrapeso do elemento activo da política e timbravam em ser o refúgio do idealismo. Nesse momento da história da civilização o idealismo aparecia pacifista e desdenhava, como sucedeu depois, celebrar a fôrça e, como conseqüência, endeusar a política dos interêsses positivos acima da dos sentimentos. Naquele tempo os Estados Unidos de norte a sul e de leste a oeste deixavam-se fascinar pela figura dum soberano, que não levava na sua bagagem um só uniforme militar, e que, de sobrecasaca comprida de pastor, colete de xadrez e chapéu desabado, percorria o país como qualquer professor, desdenhando quarteis e querendo sobretudo visitar escolas. Êsse soberano era D. Pedro II, o melhor agente da cordialidade entre as duas nações. Hoje qualquer marechal, constelado de dourados, tem mais probabilidades de ser aclamado, depois que as Universidades americanas, dantes tão segregadas do bulício guerreiro, se vestiram de kaki, oferecendo ensejo às

águiasinhas para ensaiarem seus vôos belicosos e participarem de lutas atrozes, bem diferentes das lutas dos rétores, em que a construção filosófica cedia o passo ao sofisma literário. Nessas outras lutas a animalidade humana sobrepuja, porém, sua espiritualidade, e não são demais os esforços paralelos de todas as nações americanas, para que se restabeleça a condição anterior em que, em vez de se educar a mocidade para a guerra, a saber para a destruição, a educavam na América, de preferência, para a paz, a saber para o progresso. A paz é a igualdade jurídica; a guerra o avassalamento dos outros povos, para maior glória de um só, sem a desculpa sequer de que saxões e latinos pensam diferentemente, porque, na frase incisiva do eminente Dr. Zeballos, a gente decente pensa toda ela da mesma forma.

IV

O Brasil como potência americana

A Constituição republicana do Brasil, votada em 1891, veda expressamente as guerras de conquista e manda recorrer ao arbitramento para solução dos conflitos internacionais em que o país se veja por acaso empenhado. Não sei de outra constituição que encerre disposições identicas e que não são apenas o fruto duma tendência pacifica peculiar ao Brasil, mas o produto, senão dum estado de espírito, que ainda se não pôde cristalizar, duma aspiração comum a todo o continente. Esta aspiração, nalguns casos consciente, noutros instintiva, indubitavelmente existe e não raro se tem já convertido numa realidade, impedindo hostilidades que na Europa não deixariam de surgir de questões semelhantes. Toda a questão internacional é irritante e perigosa, mas sobretudo o são as questões de limites. Ora são estas precisamente as que o Brasil, a Argentina e o Chile teem resolvido pelo arbitramento.

Não quer isto dizer que o Novo Mundo não conte seus conflitos armados. A tradição histórica do Velho Mundo, envolta muito embora nas vestes duma civilização brilhante e fecunda, é uma tra-

dição de guerra. Mau grado o espírito cristão que entrara a animá-las, as nações europeas saídas da dissolução do Império Romano, quando submergido pela inundação dos bárbaros, nações que pelos séculos adiante pretenderam realizar, cada uma em proveito próprio, o mesmo sonho de dominio universal dos Césares, continuam a manter entre si constantes lutas sanguinolentas, já pela posse de terras, já pelo primado mercantil, sempre por uma hegemonia política ou económica, melhor dito, ambas as coisas.

Tal espírito de rivalidade e de conquista passou para o Novo Mundo com os seus colonizadores e não só engendrou pugnas entre as respectivas metrópoles, como deixou vivaz um sentimento de violência que levou os Estados Unidos a despojarem o México e a Espanha, alimentou até agora na costa ocidental da América do Sul as desavenças chileno-peruano-bolivianas e fomentou no lado oriental a guerra prolongada e cruel de que saiu quási aniquilada a nação paraguaia.

Não se pode no emtanto comparar o espectáculo europeu com o americano. Existem no Novo Mundo elementos de paz em contínua acção. Em primeiro lugar, as desavenças coloniais localizaram-se forçosamente. Entre portugueses e castelhanos foi o Rio da Prata seu único scenário porquanto no resto da América do Sul, cuja configuração geográfica vai cada vez ampliando mais o continente na direcção do equador, a penetração era difícil e demorada. Quando o embate das fôrças contrárias se ia tornando possível, já havia falado a diplomacia, regulando o domínio a que cada um dos contendores tinha jus.

Na Europa mesmo se encontram elementos de

coesão: a religião cristã, o direito romano, a disciplina canónica, a organização monárquica, o anhelo democrático; cada um dêsses factores operando isoladamente, quando não os dois últimos em sentido opôsto, e dando origem a grupos de unidades nem sempre homogéneos. No Novo Mundo os mesmos elementos de coesão apresentam-se mais robustos ou os de desagregação não opéram com igual franquesa, além de que na América Espanhola a formação moral foi uniforme, sobrepondo-se nestas condições fàcilmente o sentimento de solidariedade a dissenções passageiras. Dá-se também uma situação de equilibrio político pelo facto de nenhuma fracção do todo ser, por enquanto pelo menos, em demazia pujante para pensar em mandar nas outras (a desproporção está entre êsses países e os Estados Unidos) e do progresso industrial das mais adiantadas entre elas não ser ainda bastante para tender a acirrar antagonismos irreconciliáveis como os temperados pelo ferro e pelo aço.

As intrigas de côrtes e as sizanias entre nações só tiveram além mar um efeito reflexo, desconhecendo a sociedade ibero-americana na sua expressão aguda ou violenta as querelas de raças, de crédos ou de dinastias. Não se formaram, como na Europa, alianças de reis contra os povos, nem por contraposição alianças de povos contra os reis. Quando muito gerou-se certa desconfiança entre a América Espanhola, constelação de repúblicas, e o Brasil, grande astro imperial; mas neste caso prevaleciam sôbre um puro antagonismo de formas de govêrno antipatias herdadas de raça. O nosso maior inimigo argentino foi o grande Alberdi, o inspirador da liberalíssima constituição argentina

de 1853, essa constituição singular que diz ter sido elaborada para os nacionais, para sua posteridade e para todos os homens do mundo que quiserem ir habitar a terra argentina. E se assim se disse, melhor se fez: o grande jurisconsulto e publicista Dr. Zeballos escreveu com razão que a constituição dos Estados Unidos corresponde a uma concepção nacionalista, ao passo que a constituição da Nação Argentina modelou um tipo de Estado humanitário.

O pomo de discordia entre o Brasil e a Argentina, o que envenenou as relações entre os dois países, já vimos que foi a incorporação portuguesa do Uruguay, que o Império manteve e defendeu pelas armas. Se o apêlo internacional do insigne Silvestre Pinheiro Ferreira houvesse sido escutado; se, quando o movimento constitucional do Rio de Janeiro em 1821 o elevou a ministro dos negócios estrangeiros de El-Rei D. João VI, cargo que exercia quando a côrte se trasladou de novo para Lisboa, as Côrtes e o monarca se tivessem combinado para darem andamento ao plano político do estadista constitucional, a cordialidade argentino-brasileira, que hoje vive metade de expansões e metade de sobresaltos, seria um facto indiscutível.

O plano político de Silvestre Pinheiro Ferreira consistia em reconhecerem logo Brasil e Argentina a independência do Uruguay e organizar-se uma liga das nações com os países americanos, ibericos e saxónicos, Portugal, Espanha e Inglaterra, a saber uma liga ocidental e liberal para opôr à Santa Aliança. A reacção que logo sobreveio na Espanha e em Portugal teria aliás desfeito essa liga na sua parte europea: teria porém subsistido a sua parte transatlântica caso os Estados Unidos a ela tivessem aderido, porque os Estados

Unidos foram sempre infensos a alianças, quer continentais quer transoceânicas, e sem êles como constituir um sistema americano baseado no equilíbrio? Os Estados Unidos desde cedo praticaram o imperialismo, comquanto república: a compra da Louisiana, a anexação do Texas, a conquista de bôa parte do México, a formação dum poderío colonial pela incorporação de Pôrto Rico, práticamente de Cuba e do Panamá, de arquipélagos no Pacífico desde Hawaï até às Filipinas, são os diferentes passos da sua carreira romana. O Brasil era pelo contrário um Império que não podia dar-se ao luxo de ser imperialista, mas ainda assim o ardente democrata Teófilo Ottoni, cabeça da agitação política que no ano de 1860 determinou o advento do nosso *empire liberal*, disse mais duma vez que se no Brasil houvesse como na Italia surgido um Cavour, D. Pedro II poderia ter sido o Vítor Manuel da América do Sul, as repúblicas do Rio da Prata desempenhando o papel dos ducados italianos.

São êstes, resquícios de civilizações que se julgam progressivas e são ainda bárbaras. O verdadeiro espírito americano falava mais em Mitre quando recusava a protecção chilena por ocasião da guerra do Paraguay, como falava no patético apêlo do enviado da república pernambucana de 1817, o Cruz Cabugá, ao Presidente dos Estados Unidos, invocando como razão capital a identidade dos princípios democráticos. Democracia de brancos não é porém democracia de pardos, e Cabugá era mulato.

Uma bôa inteligência pode porém dar-se com a diversidade dos sistemas políticos. Três anos antes de se declarar independente, o Brasil confessava-se

abertamente potência *americana* e a sugestão do almirante português Pinto Guedes, depois barão do Rio da Prata, tendia à formação duma liga *americana* de protecção da liberdade dos destinos do Novo Mundo.

As relações diplomáticas entre o govêrno do Rio de Janeiro e o govêrno federal de Washington datam de 1810. Os Estados Unidos reconheceram o Império do Brasil em 1824, não enxergando nesta monarquia propósito algum hostil: já outro tanto não aconteceu 40 anos depois, quando negaram o reconhecimento ao Império mexicano de Maximiliano, porque o fito de Napoleão III ao levantar êsse trôno foi deter a expansão norte-americana e oferecer-lhe a barreira duma poderosa nacionalidade latina. Chamaram a isto os turiferários do império napoleónico *la plus grande pensée du régne:* terminou por um fiasco, mas não há ainda muitos anos o sociólogo argentino Sr. Ingenieros observava-me ao encontrarmo-nos no Canadá, quão grata deveria a América Ibérica ser a êsses milhões de índios mexicanos que tinham opôsto um dique à maré avassaladora do jingoismo americano.

Por sua vez o Império brasileiro, pouco se importando com que a doutrina de Monroe assentasse moralmente sôbre uma base democrática, antes pensando com razão que o sistema americano não carecia de ser republicano, bastando que fôsse independente, imediatamente reconheceu aquela doutrina, formulada na mensagem ao Congresso do Presidente Monroe de 3 de Dezembro de 1823. Datam com efeito de 31 de Janeiro de 1824 as instruções expedidas pela nossa chancelaria à legação em Washington aderindo à política americana. Reza textualmente o documento em questão

no seu tópico essencial que «a natureza dos princípios políticos dos Estados Unidos era suficiente para apressar o reconhecimento brasileiro e que semelhantes princípios derivavam da mensagem presidencial uma aplicação mais lata a todas as nações do continente, pois que ali se expressava a necessidade duma união americana para a defesa dos direitos e territórios das suas respectivas partes componentes».

O encarregado de negócios do Brasil em Washington, que era José Silvestre Rebelo, quis deduzir da doutrina o que lhe pareceu dever ser suas legítimas conseqüências, e propôz ao Departamento de Estado, em primeiro lugar um acôrdo entre as potências americanas, e logo depois uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos afim do Império poder resistir à interferência do Velho Mundo no caso de Portugal chamar em seu auxílio uma potência europea, que bem poderia ser a Espanha, onde as armas francesas do duque de Angouléme tinham reposto o sistema reacionário de Fernando VII, o qual como Jano tinha duas caras, cada qual mais feia, e Chateaubriand exultava por haver assim emprestado aos Bourbons um pouco da glória marcial de Napoleão.

Uma vez estendida a aliança aos países ispano-americanos, estaria feita a liga pan-americana de defesa contra a Europa; mas os Estados Unidos de então, como os de hoje, são avêssos a ligas que possam de algum modo restringir a sua independência de acção: Washington, o Pai da Pátria, fôra o primeiro a acautelar seus compatriotas contra o que denominou *entangling alliances*. Ao representante brasileiro foi dada a segurança de que qualquer tentativa de recolonização do Novo Mundo

seria encarada segundo sua significação e importância. Como as duas nações representavam as duas maiores unidades americanas e procuravam ambas consolidar suas instituições por meio da ordem interna, a aproximação dar-se-ia fatalmente em face da América Espanhola turbulenta. Êste movimento não brigava aliás com o aventado dogma político de isolamento, concretizado na doutrina de Monroe que a Inglaterra, governada por Canning, fôra a primeira a insinuar aos Estados Unidos para quebrar a influência da Santa Aliança e na confiança de que era inexpugnável a situação política britânica e sobretudo a sua situação comercial.

Na Europa julga-se mal a doutrina de Monroe, que a América Espanhola tampouco acolheu jamais com favor. Essa doutrina teve porém suas vantagens quando as colónias ibéricas, que se tinham emancipado, estavam ainda à mercê dum golpe de mão das suas metrópoles se estas apenas possuissem mais fôrça. Pelo tempo adiante é que a doutrina foi acentuando sua feição de protecção, que nos últimos tempos, antes da grande guerra, sómente a Alemanha imperial lhe não reconhecia. A Inglaterra, que por ocasião da controvérsia venezuelana, quando lord Salisbury estava no poder, ainda definia a doutrina uma norma de política americana, já na conferência de Versalhes admitia a existência duma inteligência a que se deu o nome de regional *(regional understanding)*, e de resto anuira em suspender toda intromissão com as fronteiras de Venezuela até que os estudos históricos e geográficos permitissem ao árbitro lavrar uma sentença imparcial, quando em 1884 o Presidente Cleveland declarou que a vontade dos

Estados Unidos era o *fiat* do continente. A doutrina de Monroe não foi portanto o resultado de uma deliberação internacional, mas o enunciado de um princípio cardial da política exterior dos Estados Unidos, a base do seu projectado predomínio político e económico no Novo Mundo. Teve desde princípio um carácter egoísta: à concepção altruista de Bolivar, quando pretendeu estabelecer em Panamá, coração do continente, um conselho amfictiónico, não aderiram os Estados Unidos e para essa projectada liga, fundada sôbre a igualdade jurídica das nações, olhou também de esguelha o Brasil: 1.º por blazonar de democrática a liga e 2.º porque um dos tópicos do programa era a abolição da escravidão, e nem o Brasil nem os Estados Unidos se achavam dispostos a pô-la em prática.

A doutrina de Monroe era pois e continúa a ser uma doutrina exclusivista. Teve aliás seus precedentes no próprio continente americano. Espanha e Portugal, estabelecendo o monopólio das terras descobertas e exploradas por seus filhos, firmaram uma doutrina semelhante, a negação da da porta aberta. É verdade que os Estados Unidos nunca quiseram impedir as nações europeas de promoverem seus interêsses mercantis além mar, contentando-se com vedar a transformação da América num campo de novas experiências de colonização. A doutrina constitui, porém, um instrumento para seu uso. Foi formulada como um passo defensivo quando as ambições russas pretenderam, numa explosão americana de expansionismo slavo, descer a costa do Pacífico de Alaska até à Califórnia, mas o facto é que nenhum estadista americano, assim como nenhum publicista americano, ousaria

dizer que tal instrumento possa ser manejado por outro país que não aquele que teve a iniciativa da sua aplicação.

Hoje ou antes de certo tempo para cá fala-se na extensão ou mais precisamente talvez na generalização da doutrina, assumindo todas as nações do continente a sua responsabilidade comum, proporcionalmente ao valor de cada parte. O discurso com que o ministro Salvador de Mendonça, um dos diplomatas brasileiros de maior alcance de visão e de maior habilidade de processos, entregou sua carta revocatória ao Presidente Mac Kinley, em 1898—audiência em que o acompanhei na qualidade de secretário da legação—prègava aquela distribuição do encargo avocado pelos Estados Unidos e causou em toda a União uma viva impressão. Salvador de Mendonça era um dos homens mais inteligentes que eu tenho conhecido e sabia exactamente em que teclas tocar para obter certa combinação de sentimentos e daí derivar a harmonia internacional. Nem é outra a essência da diplomacia.

A doutrina de Monroe nunca teve popularidade fora dos Estados Unidos, especialmente, como disse, na secção ispano-americana do continente. Quando o antigo Presidente Roosevelt andou pela América do Sul a caçar onças e a colocar no mapa geográfico, na sua exacta longitude e latitude, rios que as canôas dos habitantes do interior já faziam servir ao comércio, o Dr. Zeballos, estadista e jurisconsulto de largo e merecido renome, uma das figuras primaciais da América latina, em cujo espírito se unem as preocupações patrióticas às preocupações humanas, declarou-lhe com altivez numa oração pública que a doutrina de Monroe não tinha mais

o que buscar na República Argentina, nação à qual cabiam os direitos e privilégios duma civilização superior, que não receava agressões no seu território, quer por parte da Europa, quer por parte da América, nem ameaças à sua integridade. Roosevelt, que era muito menos impulsivo do que à primeira vista parecia, e que tinha a fazer-se perdoar certa doutrina chamada do cacetão *(big stick)* com que, no seu dizer, deviam ser levadas as irmãs latinas do continente, não hesitou em concordar com o Dr. Zeballos em que não podia ser outra senão a igualdade a base do intercurso entre a República Argentina e os Estados Unidos.

Após a guerra mais impopular se tornou ainda a doutrina, na razão directa da alta do dolar, a qual as pessoas menos familiares com os assuntos financeiros, e sobretudo as que sofrem com tal alta nos seus interêsses particulares, mais prementes do que os afectos, atribuem ao que apontam como a ganância americana, desprezando explicações duma natureza mais técnica, com um verniz scientífico que lhe garante a exactidão.

Entretanto, antes da guerra, a obra de saneamento do continente, a que se tinham votado os institutos criados com os milhões de Carnegie e de Rockefeler, estava fazendo muito em prol da popularidade americana e, à sombra da simpatia humana inspirada por aquelas fundações, achara até favor a doutrina da abstinência — a *prohibition* das bebidas com qualquer percentagem de alcool, que fôra reputada vantajosa para a higiene social. De longe perdiam-se de vista os seus exageros e vexames.

Menos caminho tem feito o sufrágio feminino, com o qual as mulheres norte-americanas que levaram a cabo a proibição, aproveitando a estada nos

acampamentos da França de dois milhões de homens môços e válidos, que não eram inimigos nem do vinho nem da cerveja, pretendem dotar o belo sexo sul-americano.

Na América Ibérica existem na verdade algumas *leaders* do pensamento, que aspiram ao direito do voto como envolvendo um justo reconhecimento da igualdade intelectual e moral dos dois sexos: no geral, porém, o elemento feminino desdenha militar no campo dos negócios públicos e apenas durante a guerra foi na sua maioria belicoso, mas no sentido de restabelecer a harmonia entre os beligerantes. Assim foi também bôa parte da opinião feminina nos Estados Unidos e não posso concordar com o pessimismo dum meu conhecido americano quando diz que a proibição e o sufrágio feminino estão fazendo dos Estados Unidos uma terra de homens hipócritas e de mulheres intrigantes.

É uma grave injustiça. Há muito homem abstemio por princípio, muita mulher de alma cristã, e o povo nem faz alarde de militarismo, nem é inclinado às soluções violentas das controvérsias internacionais. Na última guerra os interêsses materiais pesaram mais sôbre o seu proceder do que as considerações morais. Melhor do que os seus estadistas pensaram, por exemplo, os estadistas argentinos. O Sr. Ayarragaray, ministro em Roma, indicou com singular previsão a circunstância de que, fôsse qual fôsse o vencedor da luta medonha, não haveria indemnização bastante para compensar os sacrifícios feitos. Êste lado utilitário da paz surgiu como um aspecto novo e imprevisto da guerra, aliás fadado a concorrer para sua extinção mais do que o progresso das ideas ou o refinamento dos sentimentos. A propaganda pacifista deixa assim

de ser sentimental para ser prática, mostrando que a paz é mais proveitosa que a guerra, mais valendo conservar a vida do freguês e mesmo do concorrente do que exterminá-la. Também a escravidão só cessou como instituição social quando imperou a convicção de que o trabalho livre representava uma superioridade económica sôbre o trabalho servil.

O Brasil acompanhou na guerra os Estados Unidos, adoptando o ponto de vista de que a guerra fôra declarada pela Alemanha ao pôr em prática a política da destruição pelos submarinos, sem prévio aviso, dos navios mercantes e de passageiros. Não existe entre as duas nações aliança alguma expressa ou exarada em tratado, mas existe um como que entendimento tácito. É a esta espécie de aliança que em 1857 se referia o ministro americano Richard Kidder Meade, ao entregar suas credenciais ao Imperador D. Pedro II. Dessas duas potências, as maiores do Novo Mundo, dependiam os destinos dos dois grandes continentes onde elas se acham respectivamente situadas. «Semelhante aliança, disse no seu discurso o ministro americano, assegurará para a defesa mutua uma unidade de acção e de sentimento que de futuro provará ser invencivel».

Estava subentendido que tal acção se exerceria apenas em prol da paz, mas as circunstâncias não permitiram que assim sucedesse sem discrepância. O dia chegou em que a comunidade de ideas e de interêsses levou a atitude internacional dos dois países para um terreno menos pacífico. A concepção duma América neutra, mas neutra sem hipocrisias, pertence ao grande Presidente argentino Irigoyen, cujo mandato há pouco expirou. Êle deu-me a honra de expôr-me o seu plano numa

das duas longas conversas que tivemos, o que me levava a dizer a respeito numa conferência feita na Faculdade de Direito de Buenos Ayres sôbre a *Sociedade das nações americanas e o direito das gentes*, a 6 de Agosto de 1918:

«Se a América, se o Novo Mundo num bloco generoso houvesse podido manter nesta conflagração uma continua e perfeita neutralidade, compadecendo-se do desvário europeu antes do que tomando partido entre os beligerantes, teria assumido a altissima missão da defesa integral do direito, violado por gregos e por troianos, com a inteira força moral que lhe adviria da sua isenção. Mas para isto teria sido preciso que o embargo sôbre os víveres, com que os Estados Unidos coagiram os países neutros do norte da Europa que podiam continuar a comerciar por terra com a Alemanha—a Holanda por exemplo, à qual são indispensáveis o carvão e o ferro, que só podia receber do império vizinho—houvesse sido aplicado de começo à exportação de armas e munições para um só dos lados beligerantes, assim contribuindo de modo eficás e inequívoco para a prolongação da guerra. Teria sido preciso que os Estados Unidos, e com êles a América Latina, houvessem protestado igualmente contra os atentados de que foram vítimas a neutralidade orgânica da Bélgica e a neutralidade voluntária da Grécia; contra as deshumanidades praticadas pelos submarinos alemães, e contra o bloqueio ilegal pelos aliados de populações inteiras, milhões de combatentes e muitos milhões mais de não combatentes que se procurava fazer capitular pela fome; contra a colocação de minas fluctuantes em todo

um mar, dêste modo declarado em estado de clausura, e contra a destruição de cidades, que são centros civis, pelas bombas explosivas lançadas dos aeroplanos; contra o emprêgo de gases asfixiantes matando nas contorsões duma horrível dispnéa, e contra a devastação do património particular de propósito deliberado; contra a captura e detenção de malas de correio, e contra as listas de proscrição comercial, operando sem o respeito devido à soberania alheia; contra a inclusão dos géneros alimentícios nas listas de contrabando de guerra, e contra a requisição forçada da tonelagem neutra; contra tudo emfim quanto afecta as regras fundamentais do direito das gentes, que a civilização já ia conseguindo codificar. Os Estados Unidos, porém, antes de entrarem para o número dos beligerantes, recusaram juntar-se às nações escandinavas e aos Países Baixos—o que equivaleria a guiar essas nações emprestando-lhes segurança na emergência—num projectado protesto conjunto, o qual derivaria fôrça daquela união, erguido contra todos os transgressores sem discrepância da lei jurídica e da lei humana. Êstes princípios de direito e de humanidade, a América entretanto os reclamou das suas metrópoles quando se levantou para se emancipar e as metrópoles queriam considerar suas colónias rebeldes, não como beligerantes mas como fora da lei, a guerra como cívil e não como internacional, a liberdade como um crime e não como um apanágio. Tanto mais razão assistiria um século mais tarde à América em sustentar semelhantes princípios sem fazer descriminação entre os que pecam contra êles, antes os condenando igualmente a todos para mais fácilmente os chamar à razão».

Fui um partidário decidido da neutralidade antes e depois do Brasil ter entrado na guerra e meu maior pesar ao ver circunscrever-se dia a dia o campo dos neutros, é que eram elementos perdidos para a luta do dia imediato, porque eu previa e para isto não era necessário ser-se profeta, que com o espírito de ódio reinante, a luta ingente não cessaria com a paz, posto que os beligerantes se tornassem oficialmente pacíficos. E nós vemos bem que na Europa proseguiu a conflagração, aguda nalguns pontos, surda em outros.

A participação do Brasil na guerra foi *sui-generis*, não envolvendo felizmente sacrifícios de vidas, senão as vitimadas pela peste, fiel acólita da guerra. No seu proceder com o inimigo o Brasil foi também duma correcção *sui-generis:* requisitou os navios alemães internados nos seus portos e até arrendou parte dêles à França, mas não os confiscou, respeitando a propriedade particular, e para seu pagamento operou-se um encontro de contas com o café existente nos depósitos de Hamburgo e de Antuérpia e do qual os alemães se tinham aproveitado, pagando todavia juros sôbre o capital representado por êsse artigo. Também os negociantes alemães continuaram suas transações sem vexames por parte das autoridades brasileiras e seus prejuizos provieram todos da aplicação das odiosas *black lists* inglesas que país algum, nem mesmo os Estados Unidos, com o seu ciume de independência, teve o desassombro de repelir, o que continuará a ser o caso enquanto a *Britannia ruling the waves* empunhar o tridente de Neptuno. É igualmente consolador mencionar que alguns, raros desacatos cometidos, não contra as vidas mas contra as propriedades alemãs, foram invariávelmente a obra de

colonias e particularmente de companhias estrangeiras, servindo-se muito embora de elementos populares nacionais alicíados pela propaganda, que toda ela é sempre feita em dóses variáveis de verdade e de falsidade. Ás vezes a verdade entra numa bem pequena percentagem.

A doutrina de Monroe, segundo apregoam os seus defensores, age no sentido da paz, e na sua carreira de um século tem na verdade livrado o continente americano de agressões externas e mesmo de intrigas europeas. Dentro do continente seu efeito não há sido igualmente salutar porque, através das interpretações por que ela tem passado, mantem-se de pé o seu carácter unilateral. Uma doutrina política formulada como ela foi para responder às necessidades de um dado momento da vida das nações pode, quando passa êste momento, ser adaptada às circunstâncias, possívelmente diferentes, que se seguem, obedecendo sempre ao mesmo propósito inicial. O maior número nos Estados Unidos julga-a intangivel, e depois do abatimento da Alemanha inatacável; mas há pessoas que pensam diversamente. Assim o professor Bingham, da Universidade de Yale, escreveu um livro para tratá-la de «fetiche obsoleto». Êste professor entende que as duas Américas, a saxónica e a latina, são profundamente incompatíveis por motivo duma compreensão perfeitamente oposta da questão de raça. De facto, ao passo que na América Ibérica se concedem ao mulato os privilégios sociais do branco, nos Estados Unidos um branco com um pouco de sangue de côr, será sempre considerado negro e posto à margem.

E tão cheia de contradição é a natureza humana, que um negro americano não considerará no mesmo

pé um país onde não exista como no seu o mesmo orgulho de raça, o sentimento duma raça superior como o que êle vê exibido em redor de si. Mais fácilmente cederá do seu preconceito o norte americano branco, hoje já disposto a reconhecer na raça hispánica um comparativo superior refinamento de maneiras, de língua, de sentimentos, em suma, de cultura que indica uma transplantação mais antiga da vida aristocrática para o continente meridional.

A doutrina de Monroe tem sido nas mãos dos Estados Unidos um instrumento muito útil e muito elástico de predomínio. O tempo virá porém, em que seu gume se embotará por falta de uso, a rivalidade estrangeira tendo desaparecido com a confusão — não quero dizer a decadência — da Europa e as repúblicas americanas mostrando fraco entusiasmo para apelarem para tal protecção, excepto quando ela um dia se converter num espírito de transacção.

O fetiche do monroismo será então derrubado, mas no seu lugar figurará como doutrina continental o pan-americanismo, palavra que não traduz um chamariz, mas que forma o alicerce da grandeza do Novo Mundo, sobretudo porque o pan-americanismo nunca pôde ser reputado ambicioso ou violento como o pan-germanismo ou o pan-slavismo, visto que nesse ideal comungam as nações fortes e as nações fracas do continente, de raça ibérica ou de raça saxónica. Agora mesmo, na conferência de Santiago, onde se não pôde chegar a um acôrdo sôbre desarmamento porque o trabalho prévio foi diplomáticamente mal conduzido e a atmosfera de todo o mundo político é carregada, senão caliginosa, o desfecho deu-se sem rompi-

mento, antes com a promessa dum próximo entendimento.

A actividade do Novo Mundo só pode exercer-se no terreno internacional em beneficio da equidade pública, porque a sua situação geográfica, tradições modernas que, do ponto de vista doutrinário pelo menos, se avantajam moralmente às antigas e as aspirações das nações que aí prosperam sem ódios irreconciliáveis para um regime de recíproca justiça, produzem necessáriamente entre elas uma comunidade de interêsses, na qual prevalece a fórmula do direito em vez da fôrça. Podem ocorrer e teem na verdade ocorrido quebras dessa fórmula, mas a consciência, que logo após se verifica, da violação do direito das gentes é, pode dizer-se, meio caminho andado para a reparação do mal.

A proposta de desarmamento proveio do Chile, que é considerado o país de mais espírito guerreiro da América Ibérica, tendo entretanto concordado em entregar ao arbitramento dos Estados Unidos o desenlace dum conflito de quarenta anos, que é o destino definitivo das provincias peruanas de Tacna e Arica, das quais o Chile se apossou e que guardou sem o ulterior plebiscito previsto no tratado de Ancon.

O pan-americanismo, na sua forma consciente e não sómente numa modalidade instintiva, precedeu aliás a doutrina de Monroe como uma garantia protectora da liberdade americana. Como programa continental dispensa a generalização do monroismo, que seria preciso arquitectar, oferecendo a vantagem prática de pertencer ao continente no seu conjunto e não exclusivamente aos Estados Unidos. Podemos qualificar o pan-americanismo de

expressão purificada e superior da doutrina de Mouroe.

É muito em honra da América Ispânica que coube a Bolivar formular a concepção scientífica do pan-americanismo, do qual o nosso enviado Cabugá, despachado pelos revolucionários de 1817, tinha tido uma idea empírica. A política de Bolivar foi determinada por um ideal mais alto que a de Monroe. Êle pretendeu que ela fôsse uma expressão colectiva duma aspiração que tem que prevalecer se o progresso moral se não acha condenado a desaparecer. Essa aspiração tende à concordia internacional sôbre a base dum mútuo respeito entre os povos. O pan-americanismo pode ser definido como a manifestação natural da cordialidade entre os diferentes membros políticos dum grupo de nações destinadas a formar uma sociedade sem laços legais, nem compromissos especificados, mas com obrigações morais, mais fortes precisamente porque são inspiradas por um senso comum de responsabilidade que se deriva dum sentimento compreensivo e salutar do dever humano.

É com viva saudade que me despeço hoje do meu auditório, agradecendo cordialmente sua benevolência, traduzida pela atenção prestada a estas poucas conferências, o que constitui um excelente augúrio para o interêsse despertado pela cadeira quando sua regência fôr confiada aos professores que se sucederão, cada qual decerto eminente na sua especialidade. Para mim representou uma satisfação intensa abrir-lhes a porta e só almejo que aqui me possam trazer de novo e em breve os fados amigos, a rever os lugares onde se passa-

ram a minha adolescência e primeira mocidade e a contar-vos a meu modo alguns dos feitos da gente luso-brasileira ou a evocar com minhas palavras alguns dos mestres escritores que no Brasil ajudaram a dar lustre à nossa língua portuguesa.

As conferências tiveram lugar a 9, 16, 23 e 30 de Junho e, finda a última, o eminente Dr. Teófilo Braga encerrou-as com as seguintes palavras:

«Quando o Director da Faculdade de Letras, Dr. Queiroz Veloso, fez a apresentação do ilustre escritor e diplomata brasileiro Oliveira Lima, que ia iniciar quatro conferências prometidas acêrca do seu país, expôz todos os trabalhos realizados para a criação duma nova cadeira de estudos brasílicos nesta Faculdade; mas ao mesmo tempo mostrando as dificuldades na realização dêste alto empenho e felizmente considerava o facto destas conferências como o início brilhante dessa fundação. O brilhantismo do discurso inaugural tomou o aspecto festivo que em todos os trabalhos arquitectónicos se costuma fazer com alegria ao hastear o *pau de fileira*.

O iluste conferente ao tomar a palavra mostrou que como antigo aluno do Curso Superior de Letras se lembrava que aqui recebera a primeira disciplina do seu espírito com muita saudade e simpatia, lembrando o nome dos antigos professores já todos falecidos, mas ainda presente hoje com os seus oitenta anos de idade Teófilo Braga.

Isto bastava para no fim das conferências exprimir o meu reconhecido sentimento de antigo professor àquele que, dos países em que se tem encon-

trado como diplomata, me tem enviado sempre os produtos dos seus labores literários. Como decano da Faculdade e na ausência do digno director compete-me o agradecimento desta honrosa homenagem, que as quatro conferências por nós ouvidas com encanto significam. E tomando a imagem do trabalho, que é sempre encerrado com o signal costumado de *bater o prego*, eu é que, encerrando a sessão, tiro neste momento a conclusão de que na Faculdade de Letras, que hoje continúa o antigo Curso Superior, dominou sempre o pensamento pedagógico de mútua simpatia entre professores e alunos, o que nunca encontrei quando atravessei os sete anos da Universidade de Coimbra em que os lentes eram olhados com terror.

É com estreito abraço e com nossas palmas a Oliveira Lima que é levantada a sessão».

APÊNDICE

As duas últimas conferências combinadas foram repetidas a 9 de Julho na Sala dos Capêlos da Universidade de Coimbra, precedendo-as o orador do seguinte exordio:

«Agradeço profundamente reconhecido ao eminente repúblico que é o Reitor desta Universidade e ao meu velho condiscípulo e amigo, o insigne poeta Eugénio de Castro, as palavras generosas com que acabam de saudar-me nesta Sala histórica em nome dum dos mais antigos, esclarecidos e reputados centros de cultura europea. Não pode um intelectual sonhar com um mais valioso prémio para o seu trabalho, sobretudo úm intelectual brasileiro com relação à instituïção que foi a *alma mater* de tantos dos filhos da colónia ultramarina fundada por Portugal e que dele recebeu os primeiros elementos com que se está constituindo uma grande nação. No número figura o Patriarca da Independência, como entre nós se denomina José Bonifacio. Foi graças a êstes formados por Coimbra, o marquez de Olinda e muitos outros, que o Brasil pôde imediatamente encetar com feli-

cidade, como nação soberana, a sua vida política normal.

Pesa-me imenso que esta conferência se realize debaixo da impressão do falecimento, de que tivemos há pouco noticia, de Guerra Junqueiro. O dia é de luto para as letras de Portugal e também do Brasil, onde seu prestígio era enorme e onde sua influência literária — igual à de Eça de Queiroz no romance — foi das mais consideráveis, em todas as fases do seu génio poético. Talvez seja errónea essa expressão — luto, porque uma personalidade como a de Junqueiro não desaparece: continúa a viver na língua, nas tradições e no desenvolvimento mental da sua raça».

À apresentação feita pelo Reitor, Dr. António Luís Gomes, seguiu-se o discurso do Director da Faculdade de Letras, Dr. Eugénio de Castro, concebido nestes termos:

Ex.mo Senhor Reitor
Senhores Professores, meus ilustres Colegas
Senhores Estudantes
Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Se o ilustre conferente que vamos ter a honra e o prazer de escutar, não fôsse exactamente quem é, de-certo eu não me encontraria aqui neste momento, ainda que tal conferente, por uma prodigiosa ressurreição, se chamasse Demóstenes ou Cícero. Enfraquecido e estropiado pelas conseqüências dum desastre que ultimamente sofri em França, há longos dias me vejo e por longos dias provavelmente me verei ainda num estado de invalidez que mal me deixa sair da cama onde passo

as noites e da cadeira onde passo os dias. Indigitado, porém, para neste lugar dirigir ao hóspede que hoje nos visita afectuosas saudações de todo o corpo docente da Universidade de Coimbra, que há muito consagra à sua pessoa e à sua obra a mais admirativa consideração, alvoroçadamente esqueci o precário estado da minha saúde, e fazendo das fraquezas fôrça, penosamente me arrastei até aqui, sentindo que não podia eximir-me à honra de ser o intérprete dos meus Colegas perante o Dr. Manuel de Oliveira Lima, a quem me prendem antigos e estreitos laços espirituais, pois fui seu contemporâneo no Instituto onde ambos fizemos e concluimos os nossos estudos superiores e sou seu confrade na Academia das Sciências de Lisboa e na Academia Brasileira de Letras.

Conheci Oliveira Lima há trinta e oito anos, em 1885, quando, sendo eu pouco mais que uma criança, fui matricular-me pela primeira vez no Curso Superior de Letras de Lisboa, onde ambos tivemos os mesmos mestres que se chamavam: Consiglieri Pedroso, Vasconcelos Abreu, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Sousa Lobo e Jaime Moniz. Vôa o tempo, de braço dado com a Morte, e dêsses sete insignes mestres, hoje, só resta um, cego e trôpego, o velho Teófilo Braga!

Oliveira Lima andava um ano mais adiantado do que eu, mas, se não nos encontrávamos nos mesmos cursos, a miudo nos encontrávamos no mesmo claustro monacal e erudito, nesse inolvidável claustro de azulejos do antigo convento de Jesus, para onde deitavam as janelas da Academia Real das Siências. Era aí, nos intervalos das aulas que os estudantes do Curso Superior de Letras retouçavam ruidosamente, zombando com inofen-

siva petulância da magestade pontifical do orientalista Vasconcelos Abreu e improvisando epigramas ao guarda-sol pre-histórico de Teófilo Braga e à gaforina de rei assírio que irrompia da fronte de Adolfo Coelho. No meio dessa turba irreverente e azougada, três estudantes se distinguiam pela sua discreta compostura: D. José Pessanha, o eminente crítico e historiador de arte, que nesse tempo com a inocência dos seus olhos azuis e a timidez dos seus meneios parecia uma donzelinha vestida de rapaz; Constâncio Roque da Costa, espírito culto e sagaz, infelizmente retirado há anos da vida pública, em que tão distinto papel chegou a desempenhar; e Manuel de Oliveira Lima, um rapagão cheio de vida e de afabilidade, mas dotado já, aos vinte anos, duma circunspecção e dum aprumo de maneiras que faziam adivinhar no môço, que então era, o avisado e discreto diplomata que depois veio a ser.

Manuel de Oliveira Lima, que para Portugal viera aos seis anos de idade, e que, brasileiro de nascimento, era filho dum português, o que bem mostra pela ternura filial que sempre votou à terra portuguesa, concluiu os seus estudos em 1888, quando os seus dotes de escritor e o ardor do seu patriotismo começavam a afirmar-se brilhantemente na colaboração de jornais portugueses e brasileiros, nos quais, entre outros assuntos, versou com generosa eloqüência o da abolição da escravatura.

Entrando na carreira diplomática, foi sucessivamente secretário de legação em Lisboa, Berlim, Washington e Londres, Encarregado de negocios em Tokio, e, por último Ministro plenipotenciário no Perú, Venezuela e Bruxelas. Funcionário exem-

plar, desempenhando todas as comissões que lhe eram confiadas com um tino e uma solicitude incomparáveis, não se limitando a ser um amável frequentador de salões e um hábil negociador de tratados, mas fazendo também, e principalmente, uma patriótica e inteligente propaganda do seu país, Oliveira Lima rápidamente ganhou fama de grande diplomata, e a grandeza dessa fama bem se revela pelas sucessivas e rápidas promoções com que foi distinguido.

Dotado duma excepcional actividade de espírito, os encargos e preocupações da sua vida oficial não abafaram nêle as suas aspirações de escritor e de historiador, que antes se fortaleceram, sempre que os ócios diplomáticos lho permitiam, na análise minuciosa dos meios tão diversos por onde ia passando, e em pesquisas eruditas nas bibliotécas e arquivos das tão diversas capitais em que residiu, adquirindo assim, com uma persistência admirável aquecida por um civismo vigilante, essa riqueza de experiência e de erudição que tão fortemente caracterizam a sua vastíssima obra literária, que já hoje se compõe de trinta e três volumes. Êsses trinta e três volumes, denunciando uma prodigiosa maleabilidade de espírito, versam os mais variados assuntos, integrando-se respectivamente nos géneros literários mais diversos, pois que em tão vasta colecção bibliográfica há saborosos livros de viagens por países hiper-civilizados e exóticos, sólidas e documentadas monografias históricas, ensaios de crítica literária, estudos de direito internacional e até um drama patriótico. Falta-me o tempo para analisar, uma por uma, todas as produções de Oliveira Lima, mas não quero deixar de mencionar uma delas, que para nós, portugueses, tem um

interêsse muito especial, e que, sendo uma bela obra literária, é também um magnífico brado de justiça: refiro-me ao volume intitulado *D. João VI no Brasil*, que é a persuasiva reabilitação do monarca português, injustamente reduzido pelos historiadores que precederam Oliveira Lima às grotescas proporções dum barrigana coroado, que se desforrava das tristezas políticas e domésticas deglutindo montanhas de vitualhas e sorvendo toneadas de rapé.

Sendo, como se vê um distinto e copioso polígrafo, Oliveira Lima tem sido também um notável orador em conferências diplomáticas e académicas.

Em 1911 inaugurou em Paris, na Sorbonne, a cadeira de estudos brasileiros, prefazendo doze lições sôbre a *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, notáveis lições que estão publicadas em volume precedidas dum prefácio de Mr. Martinenche, sábio professor da Universidade de Paris.

Em 1912 fêz uma série de conferências na Universidade de Stanford (na Califórnia) e visitou nada menos de onze grandes Universidades norte-americanas, prelecionando em todas elas.

Em 1915-1916 foi convidado a reger durante um ano lectivo a cadeira de *História e Economia da América do Sul* na Universidade de Harvard, onde deu vinte e cinco lições.

Seguidamente, regressando à sua pátria, inaugurou com uma série de conferências a Escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro, que é actualmente a Faculdade de Letras da mesma capital.

Em 1919, passando à República Argentina, foi atentamente ouvido e calorosamente aplaudido no Instituto Popular e nas Faculdades de Direito e

*Letras da Universidade de Buenos-Aires e nas Universidades de La Plata e de Cordova.

Há dias, terminou êle a série de brilhantes conferências com que inaugurou na Faculdade de Letras de Lisboa a cadeira de Estudos brasileiros; hoje, vai êle regalar os nossos ouvidos, dissertando sôbre o interessantíssimo têma: *O Brasil, sua política continental e a doutrina de Monroe*; e no proximo mês de Outubro começará a reger permanentemente a cadeira de Direito Internacional na Universidade Católica de Washington.

Eis aqui, minhas Senhoras e meus Senhores, em resumidos traços, o que tem sido a afanosa vida intelectual do hóspede ilustre, cuja palavra vamos ouvir com enlevada atenção.

Saudando cordealmente o Dr. Oliveira Lima em nome da velha Universidade de Coimbra, que tanto se honra com a sua visita de hoje, peço-lhe que aceite também as mais afectuosas homenagens de quem, como eu, vivamente se orgulha de ter sido seu dedicado contemporâneo no extinto Curso Superior de Letras de Lisboa, e de ser seu confrade nas duas primeiras Academias de Portugal e do Brasil.

8 — VII — 1923.

EUGÉNIO DE CASTRO.

Livraria Clássica Editora

17, Praça dos Restauradores, 17

LISBOA

Dr. Bettencourt-Rodrigues

PROVAVEIS ALLIANÇAS
E AGRUPAMENTOS DE NAÇÕES

Uma Confederação Luso-Brasileira (A sair do prelo).

J. Lucio d'Azevedo

Historia de Antonio Vieira.

Historia dos Christãos Novos Portugueses.

Evolução do Sebastianismo.

Dr. J. Leite de Vasconcellos

Textos arcaicos (3.ª edição, ampliada).

Dr. Alberto Osorio de Castro

O Sinal da Sombra (Poemas).

Correia da Costa

Eça, Fialho e Aquilino (Ensaios de critica e arte).